



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 011

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE MARÇO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

011ª SESSÃO ORDINÁRIA	02
Lista de presenças.....	02
Expediente.....	02
Mensagens	02
Ofícios.....	05
Indicações	06
Requerimentos	06
Projetos de Lei	11
Projetos de Decreto Legislativo	19
Horário do Pequeno Expediente	20
Dep. Neivo Beraldin	20
Dep. Plauto Miró Guimarães	20
Dep. Barbosa Neto	21
Dep. Rafael Greca	22
Dep. Jocelito Canto	23
Dep. José Domingos Scarpellini	24
Horário do Grande Expediente.....	24
Prof. Ernani da Rosa Filho.....	25
Prof. Nádia Boscardin Borghetti.....	25
Prof. José Roberto Borghetti.....	26
Horário das Lideranças	36
Liderança do PPS: Dep. Arlete	
Caramês	36
Ordem do Dia	37
Leitura do Expediente	37
Discussão/Votação	37
3ª Discussão	37
2ª Discussão	38
1ª Discussão	38
Requerimentos	39
Ordem do dia da próxima Sessão	40
Publicações.....	40
Atas de Comissões	40
Comissão de Finanças	40
Comissão de Redação	40
Atas de Instalação das Comissões	44

011ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE MARÇO DE 2005**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Barbosa Neto e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni. (44). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: André Vargas, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Hermes Fonseca, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Nelson Justus, Nelson Garcia, Ratinho Júnior e Waldir Leite (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Mensagens**

MENSAGEM Nº 005/2005

Curitiba, 09 de março de 2005.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a promover a regularização aos seus ocupantes dos imóveis rurais e urbanos, localizados na Gleba nº 21 - Colônia Paranavaí - Partes 1, 2, 3, 4, 5 e 6 e o Patrimônio Porto São José, objeto das matrículas nº 22.222, 22.223 e 22.224, do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda/PR, localizados no Município de São Pedro do Paraná, imóveis estes desapropriados pelo Estado do Paraná, para fins de utilidade pública e interesse social, conforme Decreto 15.804 de 28.08.1964.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, por ofício capeador do protocolado nº 5.581.521-6/03, apresenta a conclusão de estudos conjuntos daquela Secretaria de Estado e da Procuradoria Geral do do Estado, com vistas à regularização dos imóveis acima referidos, cuja situação foi objeto de ajuizamento até ao Supremo Tribunal Federal (ação rescisória), assim como de acordo judiciais, estando agora na dependência da proposição legal aqui proposta, para ser definitivamente/ultimada.

No referido protocolado nº 5.581.521-6, foi-me apresentada justificativa do seguinte teor:

“A regularização fundiária do imóvel conhecido como “Rocha Loures”, localizado no Município de São Pedro do Paraná a seus verdadeiros e primitivos ocupantes é uma questão de justiça social, reconhecendo assim suas posses através da expedição de Títulos Definitivos de Terras, nos termos da legislação vigente.

Tal regularização, função principal do Estado, visa o resgate da cidadania do homem do campo, cujo primado é o reconhecimento daquele que vive na terra e tira dela o seu sustento.

Quanto ao valor atribuído para a Taxa de Transferência da dominialidade do imóvel não se constitui de valores que trarão vantagens monetárias ao Estado do Paraná, e sim são destinados exclusivamente ao ressarcimento aos cofres públicos das despesas decorrentes do levantamento topográfico, elaboração das peças técnicas que subsidiarão o Registro de Imóveis, tais como Plantas, Memoriais Descritivos e gastos com as equipes de campo responsáveis pelo trabalho técnico e levantamento ocupacional levados a efeito sobre a área em questão.

Finalmente, o Estado do Paraná, ao concluir a regularização dominal do imóvel “Rocha Loures”, põe fim a um grande conflito agrário fundiário, solucionando a estremação de porção de terra que se encontra em seu patrimônio, ao mesmo tempo em que leva a tranqüilidade

aos ocupantes pela importância ínfima de R\$ 80,00 (oitenta reais) o hectare na área rural e R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a peça técnica referente às áreas urbanas.”

Apresentando outros detalhes em torno da necessidade e convivência da medida ora proposta, são anexadas cópias autênticas das principais peças do processo que lhe dá causa.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a regularização aos seus ocupantes dos imóveis rurais e urbanos, localizados na Gleba nº 21 - Colônia Paranavaí - Partes 1, 2, 3, 4, 5 e 6 e o Patrimônio Porto São José, objeto das matrículas nº 22.222, 22.223 e 22.224, do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda/PR, localizados no Município de São Pedro do Paraná, imóveis estes desapropriados pelo Estado do Paraná, para fins de utilidade pública e interesse social, conforme Decreto 15.804 de 28.08.1964.

Parágrafo Único. Incumbe ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP promover a venda dos imóveis aos seus respectivos ocupantes nos termos desta lei, fixando-se o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) o hectare para os lotes rurais e R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) o lote urbano. Tais valores serão utilizados para demarcações das posses e na realização das plantas e memoriais descritivos. Dos ocupantes reconhecidamente pobres não serão cobrados tais valores.

Art. 2º Os títulos ou escrituras de venda e doação outorgada pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, ficam subordinados, ao que couber e não conflitar com os termos desta lei, às condições impostas pelas Leis nºs 7.055, de 04.12.1978 e 7.264, de 10.12.1978.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 006/2005

Curitiba, 09 de março de 2005.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder doação à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, dos seguintes imóveis, localizados no Município de Cascavel: lote urbano nº 06, quadra 362, com 487,50m2 e matrícula nº 1.103, Livro 2, do 1º

Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel e lote urbano nº 14, quadra 362, com 487,50m2 e matrícula nº 20.056, Livro 2, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da referida Comarca.

O plano de lei em referência, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que ensejará condições no sentido de que a Companhia de Habitação do Paraná utilize os referidos imóveis para implantar, no Município de Cascavel, o programa denominado “Casa do Servidor”, estando expressamente previsto o automático retorno de tais bens ao patrimônio estadual, caso haja descumprimento das finalidades estabelecidas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a doação à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, dos seguintes imóveis, localizados no Município de Cascavel: lote urbano nº 06, quadra 362, com 487,50m2 e matrícula nº 1.103, Livro 2, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel e lote urbano nº 14, quadra 362, com 487,50m2 e matrícula nº 20.056, Livro 2, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel.

Art. 2º Os imóveis referidos no artigo 1º deverão ser utilizados exclusivamente para fins habitacionais - programa Casa do Servidor, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando gravados com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 007/2005

Curitiba, 09 de março de 2005.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando alterar dispositivos na Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, que criou o Fundo Paraná, nos termos do artigo 205 da Carta Estadual, assim como tratou de outras providências.

Ressalte-se que as modificações à Lei nº 12.020/98, recaem somente sobre dispositivos que especialmente versam sobre o Fundo Paraná, cuja desvinculação do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia ocorreu pelo Decreto nº 1.952, de 24 de outubro de 2003, por mim bai-

xado, através do qual foi decretada a nulidade do Contrato de gestão de 14 de abril de 2000; firmado pelo Estado com o referido Serviço Social Autônomo para gerir e operacionalizar o Fundo Paraná.

Com as determinações do mencionado Decreto nº 1.952/03, a Secretaria de Estado da Ciência, tecnologia e Ensino Superior - SETI assumiu a gestão do Fundo Paraná, atendidas as regras contidas na Lei nº 12.020/98. As disposições do Decreto nº 1.952/03, respaldaram-se na Resolução nº 852, de 11 de março de 2003, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Prot. nº 39.848/02-TC) e no que consta do Parecer 396/2003, da Procuradoria Geral do Estado, este indicando caminhos plenamente legais para a administração do Fundo Paraná.

Por outro lado é oportuno lembrar que, em face da nulidade do Contrato de Gestão de 14 de abril de 2000 e da conseqüente transferência da administração do Fundo Paraná para a SETI, a Paraná Tecnologia praticamente perde suas finalidades e por isso deverá ser extinta, o que ocorrerá em outro ato legislativo a ser proposto a essa Casa de Leis, tão logo sejam concluídos estudos pertinentes ao SIMEPAR, que ainda permanece ligado à Paraná Tecnologia.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º As alíneas “a” e “b”, do inciso I, do artigo 3º, da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“a) 1% (um por cento), no mínimo, em conta vinculada ao Fundo Paraná”;

“b) 1% (um por cento) para financiar pesquisas nas Instituições de Pesquisa do Estado do Paraná, IAPAR, Universidades Estaduais e TECPAR, devendo o percentual de cada uma das entidades ser definido pelo CCT PARANÁ e aprovadas pelo Governo do Estado”.

Art. 2º O artigo 6º, da lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6 A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior será o Órgão Gestor do Fundo Paraná.”

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados, no período de transição, pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, cuja competência para gerir o Fundo Paraná foi atribuída pelo Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003, incluindo-se todos os atos relacionados à gestão do Fundo Paraná, tais como Convênios e Termos de Cooperação e os atos administrativos internos.

Art. 4º A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior criará uma unidade administrativa para gerir o Fundo Paraná, cuja organização, funcionamento e competência serão definidos por ato próprio do Chefe do Poder Executivo do Estado.

Art. 5º A unidade administrativa criada para gerir o Fundo Paraná será responsável pelas unidades técnicas e administrativas visando à operacionalização e gestão do Fundo Paraná, e as ações serão exercidas por cargos de carreiras de provimento efetivo do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE ou em comissão.

Art. 6º Ficam criados, no âmbito da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3;

II- 02 (dois) cargos de Gerente, símbolo DAS-5; e

III - 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-5.

Art. 7º A unidade administrativa criada para gerir o Fundo Paraná poderá utilizar até 3% (três por cento) do montante dos recursos recolhidos à conta do Fundo Paraná para execução, manutenção dos serviços de gestão bem como para promover estudos e projetos vinculados ao programa de investimento do Fundo Paraná.

Art. 8º O inciso I, do artigo 5º, da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação;

“I - a todas as atividades de auxílio e fomentou que forem aprovadas pela Fundação Araucária, até o limite de 30% (trinta por cento) do Fundo Paraná.”

Art. 9º O Poder Executivo fica autorizado a proceder às alterações orçamentárias necessárias à implementação dos dispositivos desta lei.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 035/2005, do Sr. Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, encaminhando os Projetos de Lei nºs 345, 374, 388, 409, 416, 419, 431, 432, 440, 441, 442, 443, 456, 461, 463, 466, 474, 480, 481 e 482/2004 e 715/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 84/2005, do Sr. Gerso Galvão, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, comunicando convênio celebrado entre o Ministério do

Meio Ambiente e a Prefeitura Municipal de Londrina-PR, com o objetivo de apoiar o projeto “Revitalização do Parque Ecológico Dr. Daisaku Ikeda”. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 81/2005, do Sr. Dario Gama Duarte, Gerente Geral de Gestão Administrativa e Financeira, comunicando liberação de recursos relativos à segunda parcela do cronograma de desembolso do convênio assinado entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 18/2005, do Sr. Marcos Chagas Gomes, Coordenador Geral do FNAS, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Paraná, no valor de R\$ 444.180,00, referente à Revisão do BPC 5ª ETAPA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 223/2005, do Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Durval Amaral, que pede esclarecimentos sobre “lotação e função dos agentes administrativos que trata a Lei 13.420/2002”. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 004/2005-DS-CA

Curitiba, 14 de março de 2005.

Senhor Presidente:

Tem o presente a finalidade de comunicar a esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que em data de hoje (14/03/2005) assumo o cargo de Líder do Governo do Estado do Paraná nesta Casa de Leis, designado pelo Sr. Governador Roberto Requião.

Sem mais para o momento, antecipamos agradecimentos e elevamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

OFÍCIO Nº 003/2005

Curitiba, 14 de março de 2005.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente solicitar a V. Exa. informações da situação dos requerimentos aprovados em Sessão Plenária, que até a presente data não obtivemos resposta, conforme abaixo:

Nº do Protocolo/ALEP	Data	Órgão
1895	16/11/2004	Secretaria Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
1900	16/11/2004	Secretaria Segurança Pública

1905	16/11/2004	Secretaria do Meio Ambiente
1907	16/11/2004	Secretaria Especial de Relações com a Comunidade
1910	16/11/2004	Secretaria Emprego, Trabalho e Promoção Social
1911	16/11/2004	Tribunal de Contas do Estado
1982	17/11/2004	COPEL

Tal solicitação está amparada na Constituição do Estado do Paraná, em seu parágrafo único do artigo 55 “importará em crime de responsabilidade do Secretário, a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.”

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) WALDIR LEITE

Indicação

INDICAÇÃO Nº 004/2005

Ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Segurança Pública:

O Deputado Barbosa Neto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação e instalação de um Posto do Corpo de Bombeiros no Município de Bela Vista do Paraíso, o qual atenderá também os Municípios de Primeiro de Maio, Sertãoópolis, Alvorada do Sul e Florestópolis.

2 - A região desses Municípios não possui nas proximidades uma unidade do Corpo de Bombeiros.

3 - Em caso de incêndios, a probabilidade de agravar os incidentes e comprometer vidas é maior, devido ao tempo que socorro capacitado leva para chegar até o local.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 359

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 067/2005, tendo em vista a existência da Lei nº 13.922.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 361

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente, SOLICITAR a utilização do horário destinado ao Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 16 de março próximo para homenagear a Rede Feminina de Combate ao Câncer - RFCC pelos seus 51 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

REQUERIMENTO Nº 351

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja marcado Sessão Especial em homenagem ao Exmo. Sr. Deputado Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara Federal, a realizar-se no dia 21 de março de 2005, às 14h30, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Anibal Khury.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 385

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITAM a autorização para a realização da Audiência Pública referente problemática enfrentada pelos posseiros no Município de Pinhão-PR.

A audiência está marcada para o dia 31 de março, às 15h00, no Centro de Eventos da Paróquia Divino Espírito Santo, Rua Francisco Delle, no Município de Pinhão-PR.

Sendo o que se apresenta para o momento renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(aa) PEDRO IVO ILKIV e LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 348

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Macedo, na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Joaquim Macedo faleceu no sábado, dia 26 próximo passado, na cidade de Santa Isabel do Ivaí. Era antigo morador do Município de Santa Isabel do Ivaí e a

sua morte deixa entristecida sua numerosa família e todos os que gozaram da sua convivência.

Sempre dedicado à agricultura, Joaquim Macedo foi um dos primeiros sitiantes do bairro da Poeira.

Que se dê conhecimento da homenagem desta Assembléia Legislativa, à família Macedo, residente em Santa Isabel do Ivaí - Bairro Poeira - CEP: 87910-000, por intermédio da Presidência da Câmara Municipal de Santa Isabel do Ivaí.

REQUERIMENTO Nº 349

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Rodrigues de Magalhães, ocorrido no dia 09 de março de 2005, vítima de acidente com motocicleta na PR 488 - Rodovia Coluna Prestes, na Cidade de Diamante D'Oeste.

Requer ainda, seja oficiado à família enlutada, na pessoa da esposa: Leila Aparecida Magalhães, Avenida Paraná, 707, CEP: 85.896-00 - Diamante D'Oeste-PR.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente um grave acidente de trânsito ceifa a vida do ainda jovem policial Antonio Rodrigues de Magalhães, irmão do Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Faustino Rodrigues de Magalhães.

Toda população consternada, chora a perda prematura de Antonio Rodrigues de Magalhães. Homem esforçado, soldado exemplar e corajoso, respeitado e admirado pela sua capacidade de trabalho, modo de ser, de sentir e agir como cidadão, esposo, pai, amigo, profissional, enfim, um exemplo em vida, responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo.

A Assembléia Legislativa se associa à dor da família enlutada e da população de Diamante D'Oeste, transmitindo suas condolências para esposa, filha, parentes e amigos.

REQUERIMENTO Nº 362

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Onofra Paulino Pimenta, ocorrido no dia 28 de fevereiro p.p., na cidade de Astorga/PR.

Requer, ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de seu esposo, Sr. Arlindo Pimenta, enviando correspondência à Rua Goiás, 164, CEP: 86.730-000 - Astorga-PR.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Da mesma forma que existe o momento da chegada, o momento da partida também é certo. A vida tem

início e fim. O que vale, na verdade, é fazer dela uma grande escola de aprendizado. E, mais ainda, poder, através das nossas palavras e ações deixar um legado às próximas gerações.

E "Dona" Onofra Paulino Pimenta, foi uma dessas pessoas que fez da vida um modelo a ser seguido por todos os cidadãos de bom senso. Como professora possuía a arte de ensinar e formar o caráter dos mais jovens.

Católica praticante, iniciou as crianças na palavra de Deus, através da nobre missão de catequista. O lado cristão sempre esteve presente em toda a sua existência. Atuou ativamente junto à Comunidade São Vicente de Paula.

Dona Onofra nos deixou aos 79 anos. Ficam as boas lembranças e as boas obras por ela realizadas.

E fica ainda a certeza, dentro da nossa fé cristã, do dia do reencontro. E mais: de que dona Onofra está na morada divina que Deus, dentro do seu infinito amor, preparou para ela. Os nossos mais profundos sentimentos.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 368

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 82 anos, da Sra. Maria Alves dos Santos.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 364

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor ao Conselho Estadual de Educação pelo transcurso de seus quarenta anos de benemérita atividade pública. Seja na pessoa do seu primeiro Presidente, o emérito professor Véspero Mendes, de sua atual Presidente professora Shirley Augusta Piccione, ou de cada um de seus integrantes em toda sua trajetória.

Os quarenta anos do referido Conselho serão comemorados no Paraná, com Sessão conjunta ao Conselho Nacional de Educação às 10h30, no Salão Vermelho do Palácio Iguaçu, sede do Governo Estadual. E, na sequência, ciclo de palestras - no auditório do CEFET, à Avenida Sete de Setembro - mais Sessões Deliberativas de caráter público no CIETEP-FIEP - à Avenida Comendador Franco, nos dias dezesseis e dezessete de março próximos.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Estadual de Educação tem cumprido com valor e determinação suas funções, aplicando o

Ensino Socrático, do quinto século antes de Cristo, segundo o qual “a *polis* não precisa ser governada, a *polis* precisa ser educada”.

O Paraná tem avançado no serviço ao seu povo por meio da educação pública de qualidade, e esta Assembleia deve ao Conselho estadual de Educação, em seus valores e membros de todos os tempos, justo reconhecimento e memória.

Encaminhe-se esta moção ao professor emérito Doutor Véspero Mendes, Rua Carneiro Lobo, 123 - ap. 122 - Batel - Curitiba-PR - CEP: 80.240-240, e à Presidente do Conselho Estadual de Educação, Professora Shirley Augusta Piccione e seus ilustres Pares, Av. Sete de Setembro, 5580 - Curitiba-PR - CEP: 80.240-001.

REQUERIMENTO Nº 378

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, à Lavitta Engenharia Civil Ltda, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) CÉSAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 374

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, à Comporta Painéis Decorativos, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A empresa foi fundada em 22/07/1775, por um grupo de cinco amigos com o nome de Indústria e Comércio de Madeiras Comporta Ltda, com objetivo à produção de portas compensadas e comercializar madeiras. As atividades tiveram início em um barracão alugado de 400m² no Bairro Cidade Jardim, sendo que em 1977 a indústria transferiu-se para sede própria no Jardim Santos Dumont com área construída de aproximadamente 5.000m².

De 1975 até 1983, a Comporta Painéis fabricou portas lisas compensadas. Porém devido a uma violenta crise no mercado, alguns dos sócios deixaram a empresa para se dedicar a outras atividades, permanecendo então somente o Sr. Hermes que com a ajuda de seu pai, projetaram uma grande mudança: a Comporta Painéis Decorativos Ltda, transformando-a em uma fábrica de compensados.

Apoiada pelo BADEP e BANESTADO, a empresa conseguiu recursos para expandir sua área construída de

600 m² para 5.000m², passando então a produzir compensados multilaminados.

Em 1990 iniciou a fabricação de compensados decorativos, atividades que exigiu novos investimentos em maquinários e equipamentos.

Nessa época o Sr. Hermes adquiriu uma nova área no bairro Costeira com 50.500m² de terreno e projetou a construção de aproximadamente 6.000m² de barracões com o intuito inicial de locação. Porém, já no início de 1993, a empresa projetou para estes barracões uma nova indústria com maquinários de melhor qualidade.

Em 1995 a Comporta Painéis decorativos, deu início às atividades na nova unidade, a qual conta hoje com uma linha industrial de última geração para a confecção de capas de lâminas faqueadas de madeira, uma linha de fabricação de painéis multilaminados decorativos de quatro milímetros, de espessura, e duas linhas de prensa para revestimentos nobres de madeira em aglomerado e MDF, uma linha de revestimento melamínico, contando também com uma linha de painéis ranhurados. Atualmente contam com uma linha completa de serviços de usinagem, cortes, colagem de borda, com uma equipe altamente especializada e comprometida com a qualidade de nossos produtos.

A Comporta Painéis, passou de uma produção de 3.000m³/ano, em 1994, para os atuais 70.000m³/ano, considerando os diversos materiais produzidos em suas linhas industriais, com uma área total construída de 30.000m².

Sua estrutura operacional emprega hoje cerca de 300 funcionários, dos quais 38 atuam na área administrativa e o restante, na produção.

A empresa conta ainda com quarenta representantes prestando atendimento a clientes em todo Brasil, e com grande avanço de venda para o exterior.

REQUERIMENTO Nº 347

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, a inserção de voto de louvor nos Anais desta Casa, pela criação da Editora Hora Pública, sob a responsabilidade do jornalista Mário Milani.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Embora jovem, Mário Milani, ostenta substancial currículo profissional. Dele consta passagem pelo prestigioso jornal O Estado do Paraná, mais a criação da Revista CREA, do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e é dele a criação da mão em forma de L, forte marca da vitoriosa campanha eleitoral do Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva.

Na última sexta-feira, 4 de março, o jornalista e publicitário Mário Milani abriu as portas da sua Editora Hora Pública, para criar um novo jornal em nossa capital.

Ao ex-morador da cidade de Loanda, a Assembléia Legislativa paranaense expressa votos de congratulações por mais essa iniciativa.

Que se dê ciência ao homenageado em seu endereço: Rua Amazonas, 75 - Curitiba - PR - CEP 80610-030.

REQUERIMENTO Nº 357

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos de hoje, votos de congratulações ao Delegado de Polícia Federal Maurício Leite Valeixo pelo excelente trabalho desenvolvido frente à Delegacia de Polícia de Imigração-DELEMIG.

Favor enviar correspondência para o seguintes endereços: Alameda Doutor Muricy, 814 - Centro - CEP 80020-040 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

Apoioamento:

Marcos Isfer.

REQUERIMENTO Nº 358

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, ouvido o douto Plenário desta Assembléia Legislativa, REQUER,

1 - Seja encaminhado expediente ao Núcleo Regional da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social de Francisco Beltrão.

2 - Seja encaminhado expediente à Prefeitura de Dois Vizinhos.

3 - Seja encaminhado expediente à Presidente do Clube de Mães da comunidade rural de Fazenda Mazurana, Município de Dois Vizinhos.

Objetivos:

Buscar informações dos órgãos acima quanto aos motivos que levaram o Clube de Mães da comunidade de Fazenda Mazurana, Zona Rural de Dois Vizinhos, a entregarem “em doação” ao Município, os maquinários que anteriormente receberam do PROVOPAR Estadual, com intermediação deste Deputado.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações obtidas por este Deputado, a finalidade do uso dos equipamentos doados pelo PROVOPAR àquele Clube de Mães estava sendo cumprida de forma satisfatória. Entretanto, informações dão conta de que houve pressão por parte da Chefe do Núcleo da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social de Francisco Beltrão, bem como de determinados órgãos da Prefeitura de Dois Vizinhos, para que os maquinários fossem “doados” ao Município, não se sabendo as causas e finalidades dessa atitude.

Buscando obter as verdadeiras intenções de tal ato, solicitamos a aprovação do presente requerimento, para esclarecimentos devidos.

REQUERIMENTO Nº 363

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que o presente subscreve, propõe à egrégia Assembléia o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para que determine à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos a análise e possível implantação, em Porto Amazonas, do importante projeto de preservação do meio ambiente, Batalhão Ambiental GARI.

A ONG CARI - Grupo Ambientalista do Rio Iguaçu é dirigida pelo Sr. Léo Marcos Lara de Freitas, com sede em Porto Amazonas/PR, rua Duque de Caxias s/nº - Centro - CEP 84000-140, fones (041) 347-7350 e (42) 256-1077, e.mail: gariambiental@pop.com.br.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Organização Não Governamental GARI - Grupo Ambientalista do Rio Iguaçu - é uma entidade ecológica que tem como proposta levar o conhecimento da preservação ambiental para o desenvolvimento do Município virá junto com a manutenção da biodiversidade e características naturais do seu principal rio e sua principal riqueza natural: o Rio Iguaçu.

O GARI tem como principais prioridades: a água potável, o Rio Iguaçu, suas margens e afluentes, a comunidade, o desenvolvimento sustentável da região.

O Projeto Batalhão Ambiental - GARI - foi criado com objetivo de disseminar a prática da canoagem entre os adolescentes carentes, aliado à preservação ambiental, com ações educativas e a formação de agentes multiplicadores.

Foi iniciado em 2003, com sete membros efetivos que possuíam seus próprios caiaques e respectivos equipamentos de segurança, adquiridos com recursos próprios. Em 2004, um incêndio destruiu a sede e equipamentos.

A referida Organização Não Governamental propõe-se aumentar o contingente do Batalhão Ambiental para vinte ativistas, que farão uso de equipamentos e utilizarão modernas técnicas de canoagem, para a realização de ações ecológicas, esportivas e culturais, diretamente no Rio Iguaçu, entre os municípios de Balsa Nova e Porto Amazonas. Pretende, ainda, construir abrigos para caiaques e barcos em sua sede. Adquirir dezesseis caiaques, um barco inflável, um motor e equipamentos de segurança. Formar instrutores e ministrar cursos de canoagem para adolescentes carentes. Promover eventos esportivos e ações ambientais diretamente no Rio Iguaçu.

Compromete-se também, a ONG, a fazer a limpeza do rio e suas margens. Promover cursos e eventos náuticos. Campanhas de preservação e educação ambiental

entre a população ribeirinha. Fazer monitoramento, pesquisas e denunciar os crimes ambientais.

Assim é que parece a este Deputado do PMDB, ser excelente caminho o Governo do Estado associar-se em parceria a esta ONG GARI - Grupo Ambientalista do Rio Iguaçu, para o desenvolvimento integral desse projeto, que visa a preservação ambiental.

REQUERIMENTO Nº 373

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Ministério Público, na 1ª Promotoria, ao Dr. Divonsir José Borges, pedido de providências no sentido de que seja responsabilizada a empresa Concessionária Ecovia Caminhos do Mar, responsável pelo trecho Curitiba/Litoral, pelos atos praticados no último sábado, quando exorbitando de seus direitos, promoveu unilateralmente, o bloqueio da Estrada Caminho dos Jesuítas, estrada alternativa secular utilizada por produtores para locomoção e escoamento de produção e cometendo crime ecológico e contra o patrimônio público.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 375

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando a aquisição de um veículo ambulância para o Município de Pato Branco.

Justifica-se a solicitação, tendo em vista a grande demanda por atendimento à saúde e especialidades médicas, em que há necessidade de deslocamento até esta Capital, e também as precárias condições dos veículos utilizados pela Prefeitura para o deslocamento dos pacientes, colocando em risco a segurança dos que neles transitam.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 376

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando a aquisição de um veículo ambulância para o Município de Chopinzinho.

Justifica-se a solicitação, tendo em vista a grande demanda por atendimento à saúde e especialidades médicas, em que há necessidade de deslocamento até esta Capital, e também as precárias condições dos veículos utilizados pela Prefeitura para o deslocamento dos paci-

entes, colocando em risco a segurança dos que neles transitam.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 377

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando a aquisição de um veículo ambulância para o Município de São João.

Justifica-se a solicitação, tendo em vista a grande demanda por atendimento à saúde e especialidades médicas, em que há necessidade de deslocamento até esta Capital, e também as precárias condições dos veículos utilizados pela Prefeitura para o deslocamento dos pacientes, colocando em risco a segurança dos que neles transitam.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 379

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando a aquisição de um veículo ambulância para o Município de Realeza.

Justifica-se a solicitação, tendo em vista a grande demanda por atendimento à saúde e especialidades médicas, em que há necessidade de deslocamento até esta Capital, e também as precárias condições dos veículos utilizados pela Prefeitura para o deslocamento dos pacientes, colocando em risco a segurança dos que neles transitam.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 380

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando a aquisição de um veículo ambulância para o Município de São Jorge d'Oeste.

Justifica-se a solicitação, tendo em vista a grande demanda por atendimento à saúde e especialidades médicas, em que há necessidade de deslocamento até esta Capital, e também as precárias condições dos veículos utilizados pela Prefeitura para o deslocamento dos pacientes, colocando em risco a segurança dos que neles transitam.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 381

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando a aquisição de um veículo ambulância para o Município de Mariópolis.

Justifica-se a solicitação, tendo em vista a grande demanda por atendimento à saúde e especialidades médicas, em que há necessidade de deslocamento até esta Capital, e também as precárias condições dos veículos utilizados pela Prefeitura para o deslocamento dos pacientes, colocando em risco a segurança dos que neles transitam.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 382

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando a aquisição de um veículo ambulância para o Município de Coronel Vivida.

Justifica-se a solicitação, tendo em vista a grande demanda por atendimento à saúde e especialidades médicas, em que há necessidade de deslocamento até esta Capital, e também as precárias condições dos veículos utilizados pela Prefeitura para o deslocamento dos pacientes, colocando em risco a segurança dos que neles transitam.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 383

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando a aquisição de um veículo ambulância para o Município de Clevelândia.

Justifica-se a solicitação, tendo em vista a grande demanda por atendimento à saúde e especialidades médicas, em que há necessidade de deslocamento até esta Capital, e também as precárias condições dos veículos utilizados pela Prefeitura para o deslocamento dos pacientes, colocando em risco a segurança dos que neles transitam.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 350

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja encaminhado ao Executivo Estadual, mensagem pedindo providências no sentido da liberação de verba para a aquisição de uma balsa para o Município de São Pedro do Ivaí.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A liberação da verba para a aquisição da balsa, que será utilizada para fazer a travessia do Rio Ivaí, entre os Municípios de Fênix e São Pedro do Ivaí, passando pela estrada Dois Palmitos, vai atender aos produtores de cana-de-açúcar daquela região, que terão encurtado o trajeto em 40 quilômetros entre Fênix e a Usina Vale do Ivaí, que está localizada próximo ao Rio Ivaí, no Município de São Pedro do Ivaí.

Ocorre que, sem essa balsa, os produtores precisam fazer um trajeto via São João do Ivaí, para levarem a matéria-prima (cana-de-açúcar) até a usina para a industrialização.

Vale salientar que o pleito já teve a aprovação do próprio Vice-Governador Orlando Pessuti, quando este assumiu interinamente o cargo de Governador.

Face o exposto, peço aos Deputados e Deputadas a aprovação deste e o encaminhamento, pela Mesa Diretora, desta proposta ao Governador do Estado e Secretário dos Transportes.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 093/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentos de pedágio no âmbito do território do Estado do Paraná, os veículos a serviço das APAE's declaradas de Utilidade Pública Estadual.

Art. 2º Para fazer jus ao benefício concedido por esta lei, a entidade deverá demonstrar sua condição de Utilidade Pública, bem como, prestar conta de suas atividades nos termos da lei.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de sessenta dias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa isentar os veículos de propriedade das APAE's declaradas de Utilidade Pública Estadual do pagamento de pedágio, no âmbito do território paranaense.

O pedágio cobrado pelas concessionárias representa um valor muito elevado para tais entidades, que desenvolvem suas atividades com míseros recursos, constando quase que exclusivamente com o voluntariado para desenvolver seus trabalhos e sobrevivendo de doações da comunidade. O custo do pedágio, em muitas vezes, restringe a atuação e em alguns outros chega a inviabilizar a atividade de entidades que desenvolvam suas funções em âmbito estadual.

Por outro lado, o impacto da isenção pretendida neste projeto de lei, seguramente não tem repercussão significativa na arrecadação das empresas concessionárias, pois estas trabalham com expressiva margem de lucro, e os beneficiários serão um pequeno número de veículos que transitam pelas rodovias do Estado.

De acordo com o artigo 4º do Estatuto das APAE's, são os seguintes os fins: promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania; coordenar e executar na sua área de jurisdição os objetivos, programas e a política da Federação das APAE's do Estado e da Federação Nacional das APAE's, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano; atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa portadora de deficiência, em consonância com a política adotada pela Federação Nacional e pela Federação das APAE's do Estado, coordenando e fiscalizando sua execução; articular, junto aos poderes públicos e entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa portadora de deficiência e com outras entidades no Município, que defendam a causa da pessoa portadora de deficiência em qualquer de seus aspectos; encarregar-se, em âmbito municipal, da divulgação de informações sobre assuntos referentes à pessoa portadora de deficiência, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas; compilar e/ou divulgar as normas legais e regulamentares federais, estaduais e municipais, relativas à pessoa portadora de deficiência, promovendo a ação dos órgãos competentes no sentido do cumprimento e aperfeiçoamento da legislação; promover e/ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoa portadora de deficiência, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na APAE; promover e/ou estimular a realização de programas de atendimento à pessoa portadora de deficiência, desde os de prevenção até os de amparo ao idoso; estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela APAE, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência, de acordo com o conceito do Movimento Apaeano: divulgar no Município as experiências apaeanas; prestar serviços gratuitos, permanentes, e sem qualquer discriminação de clientela, na área da deficiência mental e outras, desde que contempladas na proposta pedagógica da Escola de Edu-

cação Especial, àqueles que deles necessitem; desenvolver política de autodefensores garantindo a sua participação efetiva em todos os eventos e níveis do Movimento Apaeano. Considera-se "excepcional" ou "pessoa portadora de deficiência" aquela que se diferencia do nível médio dos indivíduos em relação a uma ou várias características físicas, mentais ou sensoriais, de forma a exigir atendimento especial com referência à sua educação, desenvolvimento, integração e inclusão social.

Face ao exposto, certo da relevância social que esta medida representa, solicitamos aos nobres Pares desta Casa, apoio ao presente projeto de lei, que seguramente é de grande alcance social.

PROJETO DE LEI Nº 094/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual, através da Secretaria de Estado da Saúde, autorizado a efetuar o pagamento de funeral de doador de órgãos.

Parágrafo Único. O custo do funeral será o equivalente a três salários mínimos vigentes do país.

Art. 2º Será beneficiária desta lei, a família do doador cuja renda total seja igual ou inferior a seis salários-mínimos vigentes no país.

§ 1º Para beneficiar-se do estatuído pela presente lei, o doador deverá firmar documento junto ao Cartório de Registro Civil, em livro próprio, autorizando o ato.

§ 2º Em caso de impedimento físico-motor ou mental por parte do doador, a autorização será feita em juízo, por tutor do mesmo.

Art. 3º Os recursos para o cumprimento desta lei constarão do Orçamento Geral do Estado a ser elaborado no presente exercício legislativo.

Art. 4º Esta lei será regulamentada por ato do Poder Executivo e entrará em vigor a partir do ano de 2006, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A presente lei objetiva incentivar a doação de órgãos através da justa compensação financeira. Ano passado, segundo reportagem de Patrícia Kunzel, na página 3 (três) do caderno Paraná do Jornal Gazeta do Povo, morreram 59.385 pessoas em nosso Estado e, se deste total menos de 10% (dez por cento) tivessem doado algum órgão: córnea, coração, fígado, pulmão e rim, estaria zerada a fila de espera de transplante.

A jornalista do GP aponta dados oferecidos pela Central Estadual de Transplantes dando conta que "o Paraná tem 1218 pacientes esperando por um transplante de córnea que poderiam ter sido atendidas no ano pas-

sado se pequena parcela - 2% (dois por cento) das famílias de pessoas que morreram no Estado, tivessem optado pela doação de tecido.”

Para o Governo do Estado, as despesas com o cumprimento da presente lei, serão compensadas com a eliminação de internamentos hospitalares, transportes de pacientes, diminuição dos gastos com fornecimento de medicamentos de uso contínuo e os benefícios decorrentes do retorno à atividade produtiva de enorme número de transplantados.

PROJETO DE LEI Nº 095/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido ao estabelecimento de frigorífico que realizar o abate de gado bovino e bubalino, ou àquele que tenha encomendado este abate, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos, crédito estimado de importância equivalente à aplicação de 12% (doze por cento) sobre o valor de sua operação de saída interna de carne verde, resfriada ou congelada, e dos miúdos comestíveis resultantes do abate dessas espécies de gado.

§ 1º O crédito, referido neste artigo, substitui o concedido pela Lei nº 13212, de 29 de junho de 2001, apenas, em relação aos produtos e nas operações nele abrangidos.

§ 2º O crédito correspondente ao percentual referido no *caput* deste artigo condiciona-se a que a operação de saída seja tributada ou, não o sendo, haja expressa autorização para que o crédito seja mantido.

§ 3º Não se compreende na operação de saída referida no *caput* deste artigo, aquela cujos produtos ou outros deles resultantes seja objeto de posterior retorno, real ou simbólico.

§ 4º A opção aludida no *caput* deste artigo, será declarada em termo no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, devendo a renúncia a ela ser objeto de novo termo, termos esses que produzirão efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua lavratura.

Art. 2º Fica excluída da redução de base de cálculo de que trata o artigo 5º, da Lei 13.212/01, as operações internas com carne verde, resfriada ou congelada, e dos miúdos comestíveis, resultantes do abate de gado bovino ou bubalino.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Essas alterações que ora se está propondo, no sentido de alterar a legislação do Imposto sobre Operações

Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal (ICMS) no que se refere ao tratamento dispensado às operações internas com carne bovina e bubalina, bem como aos seus miúdos comestíveis em estado natural, resfriada ou congelada, atende aos pleitos da Comissão Técnica da Bovinocultura de Corte, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, pelas Comissões dos Alimentos, de Agricultura, Indústria e Comércio, de Defesa do Consumidor, e do Bloco Agropecuário Parlamentar, da Assembléia Legislativa do Paraná.

É conhecido o fato de que, mesmo sendo a carne bovina paranaense desonerada do ICMS nas operações internas, os estabelecimentos abatedores paranaenses não conseguem atender, em sua maior parte, o mercado local. Tal fato tem origem em distorção na própria legislação desonerativa do ICMS, que ora se pretende corrigir.

No atual regime tributário a carne verde bovina tem alíquota de 7% (sete por cento), que é compensada com um crédito presumido, também, de 7% (sete por cento), o que resulta em carga tributária zero. Na presente proposta elevar-se-á a alíquota para 12% (doze por cento) e também o crédito presumido para esse percentual, continuando a resultar em carga tributária zero. Assim, nenhum ônus haverá para o setor que industrializa a carne bovina no Estado, vez que nenhuma alteração na carga tributária haverá.

Ocorre que na atual sistemática a indústria paranaense gera ao seu comprador, de dentro do Estado, um crédito de ICMS de 7% (sete por cento), em decorrência da alíquota de mesmo percentual vigente nessas operações.

Em razão desse fato, as grande redes de varejo vêm comprando a carne verde produzida em outras Unidades da Federação, pois, nestas operações, o crédito do ICMS que lhes cabe é de 12% (doze por cento).

Não bastasse o crédito de 12%, o débito na operação subsequente, no varejo, é de apenas 7%, resultando um benefício adicional da ordem de 5% (cinco por cento) para quem traz os produtos de outro Estado.

Nessas circunstâncias há um enorme prejuízo, não só para a indústria paranaense, mas para a população como um todo, pois esta diferença de tributo é bancada pelo Tesouro Estadual, que se transforma em lucro nas redes de varejo, em grande parte multinacionais.

Ao se elevar a alíquota interna para 12%, mantendo-se a carga da indústria paranaense nas operações internas em zero, possibilita-se à indústria local gerar ao seu comprador um crédito de 12%, da mesma forma que a carne produzida em outras unidades da Federação, neutralizando-se a concorrência e fazendo com que o Tesouro Estadual deixe de subsidiar o grande varejo.

Tal solução permitirá que o esforço tributário do Estado do Paraná no sentido de reduzir a carga fiscal, na carne verde e miúdos comestíveis de bovinos, venha a representar efetivamente um benefício à indústria local e,

em consequência, ao nosso produtor agropecuário, que, ou não tem tido mercado para colocar o seu produto, ou o coloca a preços aviltados, e não para a indústria e aos pecuaristas de outros Estados, como atualmente vem ocorrendo.

Esta medida alia o apoio aos frigoríficos paranaenses à redução das perdas de arrecadação decorrentes do consumo de produtos oriundos de outros Estados, que representam hoje mais de 60% de toda a carne consumida no Paraná, sendo que em algumas das grandes cidades do Estado, este percentual ultrapassa a 90%.

Ao alterar o ICMS da carne, estar-se-á dando condições igualitárias de competição para as empresas paranaenses e aos mais de 40 mil produtores rurais, melhorando as condições econômicas, a renda e o emprego no Estado.

PROJETO DE LEI Nº 096/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido o atendimento telefônico eletrônico (por gravação) ao usuário, nos órgãos públicos e empresas concessionárias de serviço público, no Estado do Paraná.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente plano de lei com o objetivo de proibir uma prática que se tornou uma praga para a nossa sociedade, o atendimento telefônico eletrônico, por gravação, quando o usuário tenta fazer uma reclamação, uma solicitação ou um simples contato com uma empresa pública ou concessionária de serviço público em nosso Estado.

O cidadão é desrespeitado com um atendimento mecânico que o faz esperar por horas, ouvindo música e sempre com reiterada solicitação de digitar números, matrículas, códigos, senhas, etc, até que o mesmo desista de ser atendido.

Sendo assim, esperando contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto de lei que, além de coibir atendimento desrespeitoso ao nosso contribuinte, será uma forma de lutar contra o desemprego no nosso Estado, pois com o atendimento personalizado os órgãos públicos e empresas concessionárias teriam que contratar pessoal especializado para esse fim.

PROJETO DE LEI Nº 097/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as empresas de transporte coletivo intermunicipal detentoras de linhas com trajeto fixo superior a quatrocentos (400) quilômetros ou mais de cinco (cinco) horas de viagem no horário noturno, no Estado do Paraná, obrigadas a manter no mínimo dois (02) motoristas por veículo utilizado para execução de cada trajeto.

Art. 2º Os órgãos responsáveis pelas concessões de linhas ficam autorizadas a exigir o cumprimento desta lei no prazo de noventa (90) dias de sua aprovação, para aqueles trajetos já autorizados e em funcionamento.

Parágrafo Único. A exigência constante no artigo 1º passa a ser critério indispensável para a concessão de novas linhas intermunicipais que ultrapassem os limites de quilometragem e/ou horário estabelecidos.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

É inadmissível que nos dias de hoje, com a intensidade do tráfego de veículos de todas as espécies nas rodovias do Estado do Paraná, existam empresas que detêm a concessão de linhas de transporte coletivo intermunicipais, com longos trajetos e várias horas de percurso, utilizando-se de apenas um motorista com a responsabilidade de conduzir várias pessoas.

Isso não seria tão sério e alarmante se estivéssemos tratando apenas de horários diurnos. Acontece, porém, que isso ocorre também nos percursos feitos no período noturno, com viagens iniciando-se à noite e terminando na madrugada e muitas vezes até após o amanhecer do dia seguinte, e mesmo assim com apenas um motorista durante todo o percurso.

Dispensável citar o grande perigo que esse fator ocasiona, pois todos sabem que a tensão de conduzir um veículo transportando muitas vidas humanas ocasiona a necessidade de estar totalmente concentrado, o que é impedido com a presença do cansaço físico e do sono.

Por isso é que muitos acidentes têm ocorrido especialmente envolvendo ônibus de transporte intermunicipal, onde vidas em grande número são ceifadas, o que, no meu entendimento, poderia ser evitado em grande escala com a adoção dessa medida que sugere este projeto de lei, ao qual solicito a atenção especial dos nobres Deputados e Deputadas, para sua aprovação nesta Casa de Leis e adoção das medidas através dos órgãos reguladores e responsáveis.

PROJETO DE LEI Nº 098/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 14.162, de 27 de outubro de 2003, que veda o cultivo, manipulação, importação, industrialização e comercialização de organismos geneticamente modificados, no âmbito territorial do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Após a recente aprovação pelo Congresso Nacional Brasileiro da Lei da Biossegurança, que liberou o plantio e a comercialização de transgênicos no território nacional, cumulada com a liminar concedida pelo egrégio Supremo Tribunal Federal - STF, em ação proposta pelo Partido da Frente Liberal - PFL, amparando-se, também, na medida provisória da Presidência da República de nº 233/2004, fica evidente que todos os atos procedidos pelo Governo do Estado do Paraná não se encontram amparados pelo Princípio Constitucional da Legalidade dos Atos Públicos, sendo que este Poder Legislativo não deve e não pode assistir impassível à proibição do cultivo, da manipulação, da importação, da industrialização e da comercialização de organismos geneticamente modificados e, principalmente, a utilização dos portos do Paraná para a exportação e importação destes produtos, pois há visível desrespeito a norma constitucional superior, além da desatenção à competência em legislar sobre a matéria federal.

Mas o intuito maior desta iniciativa é, sem sombra de dúvida, a defesa dos cofres públicos do Paraná, para impedir a federalização dos Portos de Paranaguá e Antonina, pois o impasse criado pelo Governo do Estado tem que ser interrompido através desta Assembléia, que também contribuiu para consecução do equívoco, necessitando urgentemente reparação, pois foi aprovada a Lei nº 14.162, de 27 de outubro de 2003.

O tema transgênicos é polêmico, mas até que se retirem as dúvidas sobre a questão, o Paraná através de seus produtores agrícolas, através de suas indústrias e operadores exportadores, não pode parar na contramão da evolução.

Está claro que não há evidências conclusivas que transgênicos fazem mal. E até que os estudos comprovem irregularidades no uso de transgênicos, poderá passar décadas, que penalizarão toda a cadeia produtiva do Paraná.

Este Poder Legislativo defende o princípio da Federação e o Estado Democrático de Direito. O Governador do Estado deve respeito aos mandamentos e normas constitucionais, caso contrário, em breve, poderá querer também a desvinculação da unidade federativa do Paraná, da República.

Os atos do Executivo que vedam o trato dos transgênicos ofendem ao princípio federativo; violam a competência da União em legislar sobre a matéria; transgridem normas já regulamentadas pela União; violam princípios da ordem econômica; agridem a livre iniciativa e a livre concorrência; afrontam os entendimentos da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e coloca o Poder Legislativo do Paraná como co-participante aprofundando estas irregularidades.

A paralisação do Porto de Paranaguá ocorrida no ano de 2004 teve como um de seus fatores geradores a proibição da soja transgênica, que causou um dano comprovado na ordem de um bilhão e seiscentos milhões de dólares, situação que está prestes a ser repetida nesta supersafra de 2005.

Em consequência, os portos paranaenses estão sendo preteridos por outros portos para o transporte da safra, ocasionando dano gigantesco ao erário público do Paraná.

Neste sentido, conclamamos a todos os Parlamentares desta Casa de Leis a prestarem apoio ao presente projeto de lei, que visa limitar os atos do Poder Executivo, pois importação e exportação são matérias de âmbito federal não podendo ser tratada por atos administrativos da APPA e do Governo do Estado.

Somos favoráveis à defesa do mercado paranaense, somos favoráveis que empresas multinacionais não detenham o controle da agricultura e da indústria, mas também somos favoráveis que os atos do Paraná sejam tomados com a formalidade que a lei exige, pois não podemos declarar a independência do Paraná; queremos o bem da Nação brasileira!

Por fim, solicito aos Deputados de todos os Partidos representados nesta Assembléia, que promovam um profundo exame desta proposta, que visa reparar um erro que não é só do Governador do Estado, mas também deste Parlamento, sendo que peço a luz da santa desatadora de nós, que livre o Sr. Governador desta situação vexatória que colocou nosso Estado, rogando que nós, Deputados, consigamos e salvemos o Governador da ridícula situação de ter que voltar atrás em sua posição, tendo que rever seus conceitos até que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, um dia talvez, diga que transgênicos não podem conviver com o mercado brasileiro, mas que isso seja feito na forma legal, científica e moral, e não de forma imposta irregularmente pelo Governo do Estado.

Assim, defendemos o Paraná, o Brasil, a economia e livramos o Governador do constrangimento de voltar atrás em uma ação intempestiva contra os transgênicos.

Tenho dito.

PROJETO DE LEI Nº 099/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigada a fixação de letreiro, conforme o especificado no Anexo Único desta lei, que explicita os

crimes e as penas decorrentes da prática de prostituição ou exploração sexual da criança ou do adolescente nos seguintes estabelecimentos:

- I - bares e restaurantes;
- II - hotéis, motéis e pousadas;
- III - postos de gasolina;
- IV - rodoviárias e aeroportos.

§ 1º O letreiro será afixado na entrada do estabelecimento, ou em local de fácil visualização por todos os frequentadores.

§ 2º No mesmo cartaz serão informados os números telefônicos por meio dos quais qualquer pessoa, sem necessidade de identificação, poderá fazer denúncias acerca da prática da prostituição ou exploração sexual de que trata o *caput* deste artigo.

§ 3º - Os estabelecimentos constantes no inciso I e IV do artigo 1º não excluem outros que, a critério do Poder Executivo, venham a constar no regulamento.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo a confeccionar os letreiros conforme previsto nesta lei.

Parágrafo Único. Os letreiros de que trata este artigo serão distribuídos gratuitamente aos estabelecimentos previstos no artigo 1º, e outros constantes no regulamento.

Art. 3º A fiscalização das disposições desta lei dar-se-á de igual forma ao já estabelecido na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 4º O não cumprimento do previsto no artigo 1º desta lei constitui infração administrativa e sujeitará o responsável infrator à multa equivalente ao valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a 3.000,00 (três mil reais), atualizável no mês do efetivo pagamento.

Parágrafo Único. A reincidência do previsto no artigo 4º desta lei sujeitará o responsável infrator, sem prejuízo da multa cabível, à sanção de interdição do estabelecimento em que se verificou a infração, pelo prazo de dez a trinta dias.

Art. 5º Nos procedimentos para a aplicação das penalidades previstas no *caput* e parágrafo único do artigo 4º desta lei, adotar-se-á o previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 6º Os valores decorrentes da aplicação das multas previstas nesta lei serão integralmente repassados ao Fundo para a Infância e Adolescência - FIA.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo Único

MODELO E ESPECIFICAÇÃO DO LETREIRO DE QUE TRATA O ARTIGO 1º DESTE PROJETO DE LEI:

A prática de prostituição ou de exploração sexual da criança e do adolescente é crime, punível com reclusão de quatro a dez anos e multa.

Incorrem nas mesmas penas os responsáveis pelo local em que ocorram tais práticas.

(Disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 244-A, caput e parágrafo 1º.)

Disque Denúncia: (0xx)____/(0xx)_____

I - Os letreiros serão confeccionados diretamente na parede ou sobre placas de madeira, ferro, PVC, acrílico, ou outro material resistente à ação do tempo, vedado o uso de papel, papelão, cortiça, isopor ou semelhantes;

II- os letreiros apresentarão as dimensões mínimas de setenta centímetros por quarenta centímetros;

III - os letreiros conterão as seguintes frases:

a) “A prática de prostituição ou de exploração sexual da criança e do adolescente é crime, punível com reclusão de quatro a dez anos e multa”;

b) “Incorrem nas mesmas penas os responsáveis pelo local em que ocorram tais práticas”;

c) “disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 244-A, *caput* e parágrafo 1º”;

d) “Disque Denúncia: (0xx)____/(0xx)_____”;

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

Dados da Associação Brasileira de Proteção à Infância e Adolescência - ABRAPIA, revelam que a cada hora sete crianças ou adolescentes sofrem algum tipo de abuso sexual no País. A Organização Internacional do Trabalho - OIT - calcula que, no mundo, cerca de 1,2 milhão de crianças e adolescentes são explorados sexualmente a cada ano. No Brasil, esse mercado ilegal principalmente mulheres e meninas negras e mestiças, com idade entre 15 e 27 anos. Pelo menos 241 rotas de tráfico de mulheres, adolescentes e crianças passam pelo Brasil, das quais 131 são internacionais e 110 domésticas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, com alteração dada pela Lei nº 9.975/2000, passou a punir a prostituição ou a exploração sexual de crianças e adolescentes com reclusão de 4 a 10 anos. A tipificação da conduta nada mais é do que uma resposta à sociedade que clama por punir severamente a prática deste ato que nos causa repulsa e envergonha a todos os cidadãos.

Infelizmente, tipificar a conduta como crime não é suficiente para conter o problema da exploração sexual, a qual está mais ligada à pobreza, disparidade na distribuição de renda, à baixa escolaridade e à conseqüente falta de perspectiva de nossos jovens de inserção no mercado de trabalho dentre vários outros fatores, mas não se pode

tolerar o abuso sexual de menores devendo o criminoso ser severamente punido.

O objetivo do presente projeto é, através da divulgação de que a exploração sexual de criança é um crime cuja pena vai de quatro a dez anos de cadeia, contribuir de alguma maneira, informando para todo e qualquer cidadão a pena a que estará sujeito caso pratique esta violência contra um menor. Este projeto de lei é uma semente, uma tentativa de inibir a exploração infantil, ao alertar sobre as leis que existem para a proteção da criança e do adolescente e suas respectivas penas.

Desta forma, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 100/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os hospitais, casas de saúde e maternidade, públicos ou privados, no âmbito do Estado do Paraná, obrigados a adotarem medidas de segurança que evitem, impeçam ou dificultem a troca de recém-nascidos em suas dependências, bem como permitam a identificação posterior, através de exame de DNA comparativo em casos de dúvida.

Art. 2º Para consecução dos objetivos do artigo anterior definem-se como medidas de segurança:

I - utilização de pulseiras de identificação numeradas para mãe e filho na sala de parto;

II - utilização de grampo umbilical enumerado com o número correspondente ao da pulseira;

III - utilização de kit de coleta de material genético de todas as mães e filhos ali internados, coletados na sala de parto para arquivamento na unidade de saúde à disposição da Justiça;

IV - apresentação do devido registro de nascimento quando da saída do recém-nascido da instituição, bem como a identificação dos responsáveis pela liberação em livro de controle fornecido pelo estabelecimento.

Art. 3º As instituições referidas no artigo 1º desta lei terão prazo de 90 (noventa) dias para o cumprimento ao disposto na presente lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente proposição em razão da gravidade das consequências que ocorrências de troca de bebês nas maternidades trazem para seus envolvidos, seja de caráter moral, psicológico ou legal.

São problemas de difícil reparação, que envolvem muitos sentimentos e causam traumas e transtornos pro-

fundos no seio familiar e na formação e orientação das crianças vítimas dessas trocas, sejam elas acidentais ou propositais.

Para coibir tal situação faz-se necessário a adoção de algumas medidas de segurança para evitar a indústria de raptos de crianças em nosso Estado e por conseguinte em nosso País.

Medidas essas que podem ser definidas como medidas preventivas que visam a impedir a atuação do raptor, como por exemplo a permanência de recém-nascido nas dependências das instituições até o efetivo registro de nascimento em cartório de pessoas naturais, a ser realizada pelos pais.

Pela gravidade da matéria e a sensibilidade dos meus Pares nesta Casa Legislativa, tenho certeza que o Estado do Paraná terá, em breve, mais esta importante lei.

PROJETO DE LEI Nº 101/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Espiritual Céu da Nova Vida, com sede e foro no Município de Pinhais - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O Centro Espiritual Céu da Nova Vida, fundado no dia 27 de fevereiro de 2002, com sede à Rua Nova Esperança, nº 2767, no Jardim Atuba II - Município de Pinhais, no Estado do Paraná, é uma instituição de caráter religioso, filosófico e beneficente, sem fins lucrativos, que tem por finalidade pesquisar, estudar e praticar a doutrina do Santo Daime, visando à evolução espiritual e prestação e assistência à infância desamparada, aos toxicômanos, alcoólatras e doentes de toda ordem.

Ressaltamos o atendimento dirigido especificamente às pessoas com dependência química (álcool e drogadição) considerando a libertação e reintegração social dos dependentes, através da utilização do chá do Santo Daime (poderoso elemento de desintoxicação) e recuperação moral através da doutrina e ensinamento de Nosso Senhor Jesus Cristo.

No ano de 2004 foram atendidas aproximadamente 1300 (hum mil e trezentas) pessoas, envolvendo dependentes e familiares, oriundos da Capital, região metropolitana, interior do Estado e até de outras unidades da federação.

Além do trabalho citado acima, são distribuídos às populações carentes: roupas, cobertores, brinquedos e alimentos, enfatizando-se as "quentinhas" (marmite) nos finais de semana.

Face ao exposto e testemunhas que somos do importante trabalho e das atividades desenvolvidas pelo Centro Espiritual Céu da Nova Vida, bem como analisando toda a documentação da entidade que se encontra dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloco à apreciação do Plenário este projeto, solicitando apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 102/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O colete à prova de balas deverá integrar o uniforme dos vigilantes contratados por empresas especializadas em proteção de serviços de vigilância ou de transporte de valores, bem como de empresas que possuem setores próprios para o exercício destas atividades.

Art. 2º Vigilante, para efeitos desta lei, é o empregado contratado para o exercício de atividades que impeçam ou inibam a atividade criminosa.

Art. 3º As empresas mencionadas no artigo 1º terão prazo de 60 (sessenta) dias para se adaptarem às exigências desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Como é de conhecimento geral, nossa sociedade está enfrentando uma grave crise de criminalidade, inúmeras são as ocorrências e relatos de insegurança. Independente dos esforços governamentais, esta realidade vem crescendo e nos assustando.

Muitos estabelecimentos comerciais, e algumas residências vêm buscando a segurança privada como forma de minimizar estes problemas. Assim temos milhares de trabalhadores na área de segurança privada o qual denominamos genericamente como vigilantes.

Estes trabalhadores trabalham sob forte risco de vida, expondo sua integridade física a serviço da segurança. Desta forma ações que visem promover maior segurança no dia-a-dia do trabalho desses trabalhadores, deve ser priorizada.

Para se ter conhecimento, em outros Estados existem leis promulgadas com conteúdo semelhante, como é o caso do Rio Grande do Sul.

PROJETO DE LEI Nº 103/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as casas lotéricas do Estado do Paraná obrigadas a contratarem vigilantes, devidamente

regularizados de acordo com a Lei nº 7.102/83, Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983 e Portaria 992 de 25 de outubro de 1995 - Departamento da Polícia Federal.

Art. 2º Cada casa lotérica fica obrigada a ter, no mínimo 02 (dois) vigilantes e Plano de Segurança aprovado pelo Departamento da Polícia Federal.

Art. 3º Ficará a cargo do Departamento de Polícia Federal a fiscalização conforme legislação pertinente.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator às penalidades da Lei nº 7.102/83 e Portaria nº 992 de 25 de outubro de 1995 - Departamento da Polícia Federal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como objetivo oferecer maior segurança aos usuários e funcionários das casas lotéricas em nosso Estado. Afinal, hoje essas casas não só se ocupam com os jogos da Caixa Econômica Federal, e sim com saques, pagamentos de títulos, entre outras transações, antes só efetuadas por agências bancárias.

Esses movimentos, e essas novas tarefas impriem um volume de recursos elevado, colocando em risco os usuários e funcionários dessas casas lotéricas. Quando entramos em uma agência bancária efetuamos nossos saques, pagamentos com "certa" tranquilidade. Já nas lotéricas, como se pode efetuar um saque sem estar correndo risco?

Assim o projeto exige a presença de vigilantes, devidamente regularizados de acordo com a Lei nº 7.102/83, Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983 e Portaria 992 de 25 de outubro de 1995 do Departamento da Polícia Federal.

PROJETO DE LEI Nº 104/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação SERPIÁ - Serviços e Programas para a Infância e a Adolescência, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.2005.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O SERPIÁ é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo por finalidades desenvol-

ver programas de intervenção terapêutica e preventiva em saúde mental; promover projetos que incentivem a produção cultural de crianças e jovens; oferecer apoio e assessoria às instituições escolares, desenvolver estudos e pesquisas; estimular a parceria com os diversos segmentos sociais, que visem atenção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, às pessoas com necessidades especiais; estimular ações que visem a promoção da ética, da cidadania e outros valores universais.

São atendidas pessoas com problemas emocionais graves, como psicoses, esquizofrenia, depressão, transtornos de conduta e invasivos do desenvolvimento.

A Associação SERPIÁ - Serviços e Programas para a Infância e a Adolescência é uma modalidade de atendimento em saúde mental onde os pacientes têm atividades intensiva, semi-intensiva e não intensiva. O paciente é atendido em oficinas terapêuticas ou individualmente. Foi declarada de Utilidade Pública Municipal em fevereiro de 2004, no Município de Curitiba.

Face ao relatado, e por conhecermos o excelente trabalho desenvolvido pela referida instituição, esperamos o apoio dos nobres pares desta Casa Legislativa para aprovação deste projeto.

Projeto de Decreto Legislativo

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 001/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam suspensos todos os atos do Poder Executivo que vedam, no âmbito do Estado do Paraná: o cultivo, a manipulação, a importação a industrialização e a comercialização de organismos geneticamente modificados, destinados à produção agrícola, alimentação humana e animal.

Art. 2º - Ficam suspensos todos os atos do Poder Executivo e da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina que vedam a utilização dos portos marítimos do Paraná, para a exportação e importação de organismos geneticamente modificados.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Após a recente aprovação pelo Congresso Nacional Brasileiro da Lei da Biossegurança, que liberou o plantio e a comercialização de transgênicos no território nacional, cumulada com a liminar concedida pelo egrégio Supremo Tribunal Federal - STF, em ação proposta pelo Partido da Frente Liberal - PFL, amparando-se, também,

na medida provisória da Presidência da República de nº 233/2004, fica evidente que todos os atos procedidos pelo Governo do Estado do Paraná não se encontram amparados pelo Princípio Constitucional da Legalidade dos Atos públicos, sendo que este Poder Legislativo não deve e não pode assistir impassível à proibição do cultivo, da manipulação, da importação, da industrialização e da comercialização de organismos geneticamente modificados e, principalmente, a utilização dos portos do Paraná para a exportação e importação destes produtos, pois há visível desrespeito à norma constitucional superior, além da desatenção à competência em legislar sobre matéria federal.

Mas o intuito maior desta iniciativa é, sem sombra de dúvida, a defesa dos cofres públicos do Paraná, para impedir a federalização dos Portos de Paranaguá e Antonina, pois o impasse criado pelo Governo do Estado tem que ser interrompido através desta Assembléia Parlamentar, que também contribuiu para consecução do equívoco, necessitando urgentemente de reparação, pois foi aprovada a Lei nº 14.162, de 27 de outubro de 2003.

O tema transgênicos é polêmico, mas até que se retirem as dúvidas sobre a questão, o Paraná, através de seus produtores agrícolas, através de suas indústrias e operadores exportadores, não pode parar na contramão da evolução.

Está claro que não há evidências conclusivas que transgênicos fazem mal. E até que os estudos comprovem irregularidades no uso de transgênicos, poderá passar décadas, que penalizarão toda a cadeia produtiva do Paraná.

Este Poder Legislativo defende o Princípio da Federalização e o Estado Democrático de Direito. O Governador do Estado deve respeito aos mandamentos e normas constitucionais, caso contrário, em breve, poderá querer também a desvinculação da unidade federativa do Paraná, da República.

Os atos do Executivo que vedam o trato dos transgênicos ofendem ao Princípio Federativo; violam a competência da União em legislar sobre a matéria; transgridem normas já regulamentadas pela União; violam princípios da ordem econômica; agredem a livre iniciativa e a livre concorrência; afrontam os entendimentos da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e coloca o Poder Legislativo do Paraná como co-participante, aprofundando estas irregularidades.

A paralisação do Porto de Paranaguá ocorrida no ano de 2004 teve com um de seus fatores geradores a proibição da soja transgênica, que causou um dano comprovado na ordem de um bilhão e seiscentos milhões de dólares, situação que está prestes a ser repetida nesta supersafra de 2005.

Em consequência, os portos paranaenses estão sendo preteridos por outros portos para o transporte da safra, ocasionando dano gigantesco ao erário público do Paraná.

Neste sentido, conclamamos a todos os Parlamentares desta Casa de Leis a prestarem apoio ao presente

Decreto Legislativo, que visa limitar os atos do Poder Executivo que exorbitam de seu poder regulamentar, pois importação e exportação são matérias de âmbito Federal não podendo ser tratadas por atos administrativos da APPA e do Governo do Estado.

Somos favoráveis à defesa do mercado paranaense, somos favoráveis que empresas multinacionais não detenham o controle da agricultura e da indústria, mas também somos favoráveis que os atos do Paraná sejam tomados com a formalidade que a lei exige, pois não podemos declarar a independência do Paraná; queremos o bem da Nação brasileira.

Por fim, solicito aos Deputados de todos os Partidos representados nesta Assembléia, que promovam um profundo exame desta proposta, que visa reparar um erro que não é só do Governador do Estado, mas também deste Parlamento, sendo que peço a luz da santa desastadora dos nós, que livre o Sr. Governador desta situação vexatória que colocou nosso Estado, rogando que nós Deputados consertemos e salvemos o Governador da ridícula situação de ter que voltar atrás em sua posição, tendo que rever seus conceitos até que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, um dia talvez, diga que transgênicos não podem conviver com o mercado brasileiro, mas que isso seja feito na forma legal, científica e moral, e não da forma imposta irregularmente pelo Governo do Estado.

Assim, defendemos o Paraná, o Brasil, a economia e livramos o Governador do constrangimento de voltar atrás em sua ação intempestiva contra os transgênicos.

Tenho dito.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta é uma semana recheada de acontecimentos históricos que merecem a nossa lembrança.

Exatamente há vinte anos, ou seja, no dia 14 de março de 1985, o Presidente eleito, Tancredo Neves, era internado no Hospital da Base Aérea em Brasília, vítima de uma diverticulite. Tancredo não tomou posse como Presidente da República e só deixou o hospital em 21 de abril do mesmo ano, sem vida. Tomou posse, na época, o então Presidente José Sarney que acabava tendo a responsabilidade, num momento importante do País, de dirigir os destinos desta Nação.

Posteriormente, tivemos a eleição do primeiro Presidente eleito do Brasil, Fernando Collor de Mello. Exa-

tamente o Fernando Collor de Mello que nos deixa, após quinze anos, na memória de todo povo brasileiro, aquele dia que a então Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello decretava o novo plano do Governo Collor. Estava, então, seqüestrado o dinheiro do povo brasileiro e transformado o cruzado em cruzeiros. Em pouco tempo, o País mergulhava numa grande recessão e tivemos que aprender na grande dificuldade.

Exatamente após 21 anos de regime militar aprendemos, elegendo o primeiro Presidente da República e pagamos um alto preço na eleição do Fernando Collor de Mello. No entanto, é bom lembrar que são nas grandes dificuldades, nos momentos mais difíceis que o ser humano e a sociedade brasileira crescem.

Hoje, quero render a minha homenagem à democracia brasileira; render a nossa homenagem à imprensa do Paraná, que de um modo geral divulga os fatos que no regime militar não eram costumeiros, e também, é muito oportuno no dia de hoje render a nossa homenagem especial, falando da imprensa, ao Canal 21 que retrata o que é o momento de hoje, transmitindo ao vivo, aqui deste Poder Legislativo, as suas ações, levando à população, em tempo real, a informação do Poder Legislativo.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Nesta semana, estamos revivendo grandes momentos da vida nacional e, certamente, não podemos esquecer daquele grande articulador político que, hoje, completa vinte anos de falecimento, o ex-Presidente eleito Tancredo Neves. Não podemos nos esquecer dos quinze anos que passaram da era do Fernando Collor de Mello e, também, enaltecer o momento que estamos vivendo, momento da democracia, momento da informação e, certamente, o povo brasileiro, sobretudo o povo do Paraná, com essa informação em tempo real, com a democracia em pleno vigor, saberá eleger cada vez mais os seus representantes, tanto no Legislativo quanto no Executivo. Certamente nós, com a democracia, vamos viver momentos melhores e certamente o povo brasileiro não vai esquecer desses momentos que destaco hoje aqui.

Era isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para iniciarmos esta semana, neste Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em seguida, Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente quero aqui fazer uma saudação ao novo Líder do Governo, nosso amigo Deputado Dobrandino da Silva.

No sábado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na cidade de Ponta Grossa, aconteceu uma grande reunião política, aonde se fizeram presentes Prefeitos, Vereadores

dores, ex-Prefeitos, ex-Vereadores, Presidentes de Partidos, e onde, com a presença do Senador Osmar Dias, do Prefeito de Curitiba, Beto Richa; Prefeito de Ponta Grossa, Pedro Wosgrau Filho; Prefeito de Guarapuava, Fernando Ribas Carli; Deputado Federal Eduardo Sciarra; Deputado Estadual Durval Amaral, mais os Prefeitos dos Municípios de Carambeí, Campina da Lagoa, Embaú, Reserva, Ipiranga, Ivaí e Pinhão. Discutiram-se as eleições de 2006. As eleições do ano que vem. Em torno de 1000 pessoas, Deputado Bradock, se fizeram presentes.

E, na discussão política, nos pronunciamentos feitos por lideranças que exercem o seu mandato e também que já exerceram, chegou-se à conclusão, e pelas palavras do Senador Osmar Dias, que colocou fazer um trabalho para viabilizar a sua candidatura de Governador do Estado do Paraná, articulando uma ampla coligação. Coligação semelhante àquela que aconteceu nas últimas eleições e que se deu vitoriosa. A união do PDT, do PSDB, do PFL, PP e PSB. Esta é a frente que ele trabalha para poder aglutinar, para disputar as eleições ao Governo do Estado no ano de 2006.

Foi um pronunciamento forte do Senador Osmar Dias, voltado para poder mostrar o seu projeto para o Estado do Paraná. Um projeto futurista, voltado para o desenvolvimento do nosso Estado e apoiado o seu discurso e o seu posicionamento pelo Beto Richa, Prefeito da Capital do Estado, pelo Wosgrau Filho, Prefeito de Ponta Grossa, pelo Prefeito de Guarapuava e os demais Prefeitos e lideranças que lá se fizeram presentes.

Isso, Deputado Anibelli, muito me empolgou, porque vejo que passo a passo se concretiza essa candidatura. Uma candidatura forte, uma candidatura que tem o apoio popular de todas as áreas, de vários segmentos, das cooperativas representantes que lá estavam, dos profissionais liberais, dos professores, dos médicos, enfim, uma reunião ampla, que mostra o caminho das próximas eleições e tenho certeza que se Deus quiser, com o apoio de todos, Osmar Dias vai vencer as eleições no Estado do Paraná, e vai poder colocar o seu projeto de desenvolvimento para o nosso Estado. Viva o Paraná! Viva o Osmar Dias! Viva às lideranças que o apóiam! Tenho certeza que levarão à vitória no nosso Estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nas últimas semanas tenho feito uso desta tribuna para denunciar o descaso, os desmandos e o imprevisto

com que a área de segurança pública vem sendo tratada em nosso Estado.

Lamentavelmente, o Secretário da Segurança vem fazendo ouvidos de mercador. Mesmo com o farto material que estamos apresentando, não se dá nem mesmo a responsabilidade de apurar os fatos que estamos trazendo. Anuncia, previamente, uma operação com mais de mil policiais em Foz do Iguaçu, repetindo a malfadada força-tarefa que foi realizada na Vila Torres, aqui na Capital, criando imagens para a televisão e poucos resultados práticos para a melhoria da segurança, das condições das pessoas mais carentes, principalmente. Talvez o Secretário tenha se esquecido de que não se combate a criminalidade apenas com polícia. Não se melhora a segurança apenas com imagens para a televisão. Não se governa para o povo apenas mandando bater em pobres ou depois virando as costas para esta mesma população humilde.

O aviso prévio da operação de guerra que foi montada em Foz do Iguaçu, levou a verdadeira bandidagem a se ausentar alguns minutos antes que a polícia chegasse ao local. Em contrapartida houve o desfalque de policiais de Curitiba, de Londrina, que perdeu 37 homens só da Polícia Militar e mais sete das melhores e poucas viaturas que o município possui. Maringá, Cascavel, Guarapuava, na mesma situação. Até parece que o Secretário da Segurança Pública está brincando em serviço. Só uma autoridade como ele se daria a esse tipo de papel.

Vejam o que aconteceu nesta Capital, manchando a imagem da gloriosa Polícia Militar na semana passada, em um churrasco de militares: um sargento tirou a vida de um capitão. Sem contar os outros casos mais graves.

Trago aqui na tarde de hoje uma petição assinada pela Associação dos Delegados da Polícia Civil do Estado do Paraná, responsabilizando criminalmente o Sr. Governador do Estado e o Secretário da Segurança Pública pelas atitudes tresloucadas que eles cometem. Uma associação insuspeita que entra com um pedido na Justiça para reparar os possíveis danos que todos os paranaenses terão em um curto espaço de tempo, porque o Secretário da Segurança disse que a adesão ao SUSPE - Serviço Unificado de Segurança Pública do Estado do Paraná, juntamente com o governo federal, seria uma sandice do Governo Federal, abrindo mão de 3,5 milhões de reais que poderiam estar dando condições ao nosso Estado de combater a violência. Mas, o Secretário disse que esta é uma esmola! Com esta esmola daria para comprar quase 120 viaturas equipadas para combater a criminalidade! Com esta esmola daria para se contratar 1.800 homens durante um ano, ou seja, cinco policiais para cada um dos 399 municípios do Paraná, que tem a média hoje apenas de três agentes da Polícia Civil!

Esta é a irresponsabilidade de um Secretário que não tem condições mais de permanecer no seu cargo.

Nós exigimos mais respeito ao povo do Paraná! Não é com geoprocessamento e com desrespeito que vamos resolver a questão da criminalidade no Estado,

onde a violência toma conta de todas as cidades - as pequenas, médias e as grandes. E, infelizmente, Londrina é uma cidade onde se mata uma pessoa em um dia e no outro se enterra - já tivemos quarenta homicídios em pouco mais de oitenta dias. E o que nós vemos é a falta de projeto, é a falta de planejamento e se estende não apenas na área de segurança, mas em várias áreas, como a questão do pedágio, que aumentou ao invés de acabar e que agora, sob a desculpa de pedágios de manutenção, criam-se novas praças; como a questão da depredação do patrimônio público, imposta e incentivada pelo Governo do Estado contra a Lei de Biossegurança, indo na contramão da história, atrapalhando a vida de agricultores, um Estado que tem na sua base principalmente a agricultura; estão destruindo o Porto de Paranaguá, que era o maior movimentador de grãos da América Latina - um Estado que representa 25% da colheita de grãos do nosso País não pode continuar à mercê da própria sorte!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador inscrito, Deputado Rafael Greca.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Com relação à operação em Foz do Iguaçu, este Deputado não pode opinar, porque ainda não tomou conhecimento dos seus efeitos. Mas, o Deputado Barbosa Neto não pode falar pelos curitibanos! Nós, curitibanos, aplaudimos e apoiamos o que foi feito na Vila das Torres pela Secretaria de Segurança Pública e pela nossa brava Polícia Militar.

A operação de combate às quadrilhas de traficantes de drogas que se deu na Vila das Torres foi brilhante, operosa e está garantindo a segurança da cidade. O núcleo de perversidade e de mal que agia na Vila das Torres foi debelado. A Polícia está em todas as esquinas, a Vila das Torres está sendo, agora, de novo um espaço de cidadania, seja na Rua Ostoja Roguski, Avenida que fiz abrir entre o campus da PUC e o Jardim Botânico, seja nas vias internas daquela planta urbana, seja nos acessos ao Jardim Botânico.

Não se pode permitir que quadrilhas de Marcão, de Bugrão ou uma terceira quadrilha cujo nome a população não ousa nem dizer - não conheço as quadrilhas, mas foi a Gazeta do Povo que as nominou - mandem em uma população honesta, uma população que precisa e quer trabalhar, mas precisa do apoio e da presença da polícia. A polícia Deputado Barbosa Neto, não esteve na Vila das Torres e fugiu. A polícia esteve na Vila das Torres na operação e permaneceu, e vai fazer o mesmo na fronteira e em todas as cidades do Paraná, porque o Governo do Paraná quer fazer política de segurança com seriedade e o Governador quer governar preocupado com a população.

Aliás, sobre isso, hoje pela manhã no Hospital de Clínicas, a irmã do Governador, dona Lúcia Requião Arruda, participou com o Dr. Giovani Lobo da inauguração do ambulatório de gastroenterologia e Clínica Geral. O Governo, através do PROVOPAR, se solidarizou com aquele Hospital Geral e Federal ajudando com 95 mil reais na reforma do Laboratório de Gastroenterologia. Anteriormente, no começo do ano, o Governador tinha doado um milhão e meio de reais para a Clínica de neoplasia do Hospital de Clínicas e nem tinha feito publicidade, fiel à idéia do que manda o Evangelho de que quando se faz o bem não veja a mão direita aquilo que faz a esquerda.

Mas, eu peço aos paranaenses que me vêem pela televisão, pelo Canal 21, e aos Deputados, que façam um paralelo com o que nós vimos ontem na Rede Globo de Televisão, o que está acontecendo no Rio de Janeiro, onde o Prefeito pousa de “Tiazinha Política da Nação” nos horários do seu Partido Político a acabou de aplicar trinta milhões de reais das verbas da saúde no mercado financeiro, enquanto a sua população fica aguardando catorze mil cirurgias de emergência! Catorze mil cirurgias de emergência das verbas que faltam à saúde do povo! Isso não acontece aqui no Paraná, onze hospitais de misericórdia do interior estão em construção e reforma em Ponta Grossa, em Tibagi, em Londrina, em Paranaíba, em Paranaguá. Em Guaraqueçaba se faz um hospital que nos quatrocentos anos de história daquela cidade nunca houve e também em Francisco Beltrão; constrói-se um novo hospital de reabilitação em Curitiba, junto ao Terminal do Cabral.

E, começa-se a construção de um centro de tratamento de queimados em Londrina, para acabar com o passeio dos queimados do interior do Estado que tinham que vir se tratar aqui no Hospital Evangélico de Curitiba.

Também Dona Lúcia Requião Arruda anunciou hoje pela manhã ao Neurocirurgião, Doutor Marlus Mouro, que o PROVOPAR vai assumir a reforma do andar inteiro do Ambulatório de Neurologia do Hospital Federal. É isso, nós pagamos impostos aqui no Paraná, mas o Paraná dá e Brasília nos tira! O FMI por Brasília nos tira, porque o ano passado foram 30% dos nossos recursos em impostos, 30% do PIB, e só 2,2% do PIB em investimentos! O PT aqui esperneou, disse que eu menti; o Vanhoni falou que eu menti aquele dia: o José Dirceu me corrigiu: foram 34,1% do PIB que foram em impostos no ano passado. De fato, Vanhoni, você estava com a razão de me corrigir, eu me enganei, não foram 30% do PIB que o Governo Federal nos tirou no ano passado, foram 34,1%, como depois disse o Ministro José Dirceu para a Folha de São Paulo.

Então, o Paraná dá e Brasília nos tira. Mas, o Governo Estadual está a socorrer o Hospital de Clínicas em Curitiba contrariamente do que está a fazer o Prefeito do PFL no Rio de Janeiro que pousa de “Tiazinha Política” no horário eleitoral mas não tem moral, porque está deixando a sua população padecer enquanto joga o

dinheiro da saúde em aplicações imorais no mercado financeiro.

Até quando, Senhor Deus! Até quando o dinheiro da saúde, os investimentos devidos ao povo brasileiro será jogado nesse cassino dos bancos nacionais e internacionais? Até quando a dor do nosso povo acontecerá? Hoje eu lia no jornal Estado de São Paulo um grande economista chileno dizendo que está para surgir no Mundo uma nova ideologia como a que pedia a abolição da escravidão no Século XIX. Essa ideologia pede um partido nacional e mundial, que lute pela abolição da pobreza!

Eu gostaria de estar nesse partido, o dos novos abolicionistas, os que lutarão pela abolição da pobreza. Essa é uma bandeira bonita, a bandeira da abolição da pobreza! Quem me dera ser o Joaquim Nabuco desse novo momento da História da humanidade, a dos homens e mulheres que, libertários, sonhem com a abolição da pobreza!

Valha-nos Deus que algum dia isso possa acontecer, no Brasil e no mundo!

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente eu gostaria de falar sobre o pronunciamento do Deputado Barbosa Neto e dizer-lhe que ele tem razão em algumas coisas que acaba de falar.

A Segurança Pública no Estado do Paraná vive momentos difíceis, nós temos visto aí muitas coisas acontecendo e a população tem cobrado de nós, principalmente uma maior atenção à questão da Segurança Pública.

Mas eu também não posso concordar e na quarta-feira gostaria de ter usado este horário até mesmo para não fiar uma inverdade dita aqui, na tribuna da Assembleia, e que, mais uma vez, uma jornalista escreve algo que acaba sendo comentado e traduzido em pronunciamentos por alguns Deputados aqui.

Eu acho que todo Deputado tem o dever e o direito, principalmente os da Oposição, de fazer suas críticas, de até aproveitar o momento para, com toda a experiência que tenham, porque estão há muitos anos aqui no Parlamento, possam usar, naquela maneira especial de fazer política, para fazer o destaque da Oposição, mas acho também que uma oposição que é justa e que cobra justiça muitas vezes, até no erros do Governo, ela não pode, em momento nenhum, usar aqui algo que não é verdade, fazer comentários baseados em mentiras, em fofocas, porque não acredito que Deputados que estão aqui se

prestem a ser lavadeiras, ou transmitir algo que não têm certeza, algo que não é verdade.

Na quarta-feira eu vi aqui alguns Deputados fazerem pesados discursos e darem ênfase a uma notícia mentirosa veiculada pela Folha de Londrina na coluna da jornalista Rute Bolonhese, que aliás só escreve asneiras, besteiras! Recentemente escreveu que a CNT teria sido vendida. Mais uma mentira! Eu não sei porque uma jornalista que se preza escreve algo que não é verdadeiro, que apenas é uma mentira colocada por alguém! Aí, alguns Deputados deram ênfase aqui a mais uma mentira dela, que disse que a operação foi feita na Avenida das Torres, pela Polícia do Paraná, porque a esposa do Governador foi assaltada!

Gente, Oposição não é para brincar assim! Oposição é para cobrar, mas não deve ser feita para mentir ou continuar dando valor a uma mentira colocada no jornal e que se fosse a primeira vez, tudo bem, mas já são várias! Colocar no jornal é dar ressonância aqui na Casa, com intenção de atacar o Governador, dizer que a esposa dele foi assaltada, isso não é verdade! E isso teria ocasionado aquela operação que o Governo fez. Não é verdade! O Governo, como disse o Deputado Greca, está fazendo operações aqui, em Foz do Iguaçu, em todas as regiões. Agora, querer usar a mulher do Governador, indefesa, para dizer que ela foi assaltada e que esse é o motivo da operação, transformando a figura da esposa do Governador em uma chacota! Não é verdadeira essa informação! E ao se dar ressonância a essa mentira, está se atacando a figura de pessoa que nada deve.

Queria fazer esse registro, porque conversei com a esposa do Governador e ela me disse: “não é verdade, não aconteceu isso comigo.”

Então, diante da palavra da primeira dama do Estado, eu só tenho que pedir... A Oposição tem todo direito de criticar, tem todo direito de questionar, mas tem o dever de, ao fazer os questionamentos, investigar antes para não atacar pessoas que não devem, como é o caso da esposa do Governador. Lembro que lá naquela tribuna o Deputado Durval Amaral fez um pronunciamento, como Líder da Oposição e disse certa vez quando lhe atacaram, quando colocaram o seu nome em algo que não devia ele disse: “não ataquem o que não deve, porque isso eu não devo.”

Então fica o mesmo pedido, aqui, que se ataquem os erros, mas não que inventem histórias de uma pessoa que não deve absolutamente nada! Quando a Oposição faz isso, ela deixa de ser Oposição para ser apenas o que chamamos de ataque pessoal, que é o que há de mais horrível na política deste Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vimos no jornal de hoje onde a empresa ECOVIA, através das máquinas, foi bloquear uma estrada secular, por onde passariam os agricultores e as pessoas que moram às margens da BR-277. A ECOVIA praticou, com isso, um crime ecológico e um crime histórico, pois esta estrada dos jesuítas lá implantada há mais de 250 anos, foi desrespeitada, violentada pelas máquinas da ECOVIA!

Mas, essas máquinas não foram lá sozinhas; foram levadas pelos seus operadores que estavam cumprindo ordens da Diretoria da ECOVIA para fazerem lá um buraco, para fazer lá um obstáculo que venha impedir com que os moradores daquela região possam usar da estrada secular como alternativa para não pagar os R\$ 9,80 que a ECOVIA cobra dos usuários que descem para Paranaguá e para o litoral do Paraná.

Nesse sentido, Sr. Presidente, estamos encaminhando ao Promotor, Dr. Divonzir José Borges, da 1ª Promotoria Pública de São José dos Pinhais, um pedido para responsabilizar criminalmente os Diretores da ECOVIA que cometeram esse crime contra o patrimônio e contra o meio ambiente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos vendo, no dia-a-dia, a palavra de homens que vêm sempre defendendo e procurando defender o bem-estar. Eu gostaria de perguntar aqui ao povo do Paraná, se o povo está contente com a segurança que o Governo do Estado vem dando, pois só neste final de semana, de sexta, sábado e domingo, nós tivemos quarenta mortes violentas em Curitiba e o seqüestro de um bebê no Hospital Evangélico.

Esta é a segurança que o povo do Paraná vem recebendo dos seus governantes? E perguntar aqui, se as pesquisas chegam a esse ponto alarmante, nós já estamos superando a Baixada Fluminense com relação aos homicídios praticados na Região Metropolitana de Curitiba!

Foi feita uma megaoperação em Foz do Iguaçu. No entanto, esta megaoperação lá realizada, foi anunciada com sete dias de antecedência, aos sete cantos do Paraná, e fez com que todos aqueles grandes e fortes delinquentes com mais poder e mais estrutura, pudessem fugir e alçar o seu vôo para o lado de lá da Ponte da Amizade. Então, vai se prender o bandido e avisa-se com sete dias de antecedência, que vai se prender! Aí ficam só os “bagrinhos miúdos”, porque a “arraia grande”, foge!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Eu não sei se procede o pedido de Ordem, mas é só para comunicar ao Deputado Scarpellini que não é verdadeira a sua colocação!

Eu quero dizer que não foi avisado.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Deputado Dobrandino, quero assegurar a palavra ao Deputado Scarpellini porque ele está no Pequeno Expediente. V. Exa. poderá, após a conclusão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB)

E até já está se esperando, na periferia de Londrina ou na região, o aviso com quantos dias de antecedência será dado para que também lá os delinquentes com maior poder de compra e com maior poder aquisitivo, possam sair também da cidade, quando foi lá a força-tarefa do Governador Roberto Requião.

Esta realmente é uma força-tarefa que o povo gostaria de ver, não só para ser mostrada na televisão, na “Escola do Professor Raimundo” que é editada nas Secretarias, porque o que nós estamos vendo sistematicamente, é o Governo administrado através de televisão e através da “Escolinha do Professor Raimundo”.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica aqui o nosso protesto conta a ECOVIA por ter feito o que fez em uma estrada centenária, uma estrada que era a ligação do Litoral com a Capital, quando a Capital era a Vila de Nossa Senhora da Luz, ainda, antes de ser capital e antes de o Paraná ser Estado, na 5ª Província ainda.

Fica aqui o nosso protesto...

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

V. Exa. tem um minuto para concluir. Já passou o seu horário.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

É que o Deputado Dobrandino pegou um minuto.

Então eu quero aqui agradecer ao Deputado Reni Pereira, que me cedeu o tempo para que eu pudesse estar aqui hoje falando e dizer que o Deputado vai a Brasília amanhã, na “Luta pela Reforma Tributária”, a favor dos Municípios do Paraná e dos Municípios do Brasil, que estão na falência.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

No Grande Expediente de hoje, conforme requerimento, aprovado por unanimidade por esta Casa, vamos ouvir o biólogo José Roberto Borghetti que há poucos dias concluiu um belíssimo trabalho sobre o Aquífero Guarani, cujo Aquífero atende também o nosso Estado.

Então o Grande Expediente de hoje esta reservado para a apresentação do trabalho do Aquífero do Guarani, que será feita, além do professor José Roberto Borghetti, pelo professor Ernani da Rosa Filho e pela Sra. Nadia Boscardin Borgetti.

Quero cumprimentar a Vereadora Marilde Fagion, de São Miguel do Iguaçu, que nos visita na tarde de hoje.

Com a palavra o professor Ernani da Rosa Filho.

Professor Ernani da Rosa Filho

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

Boa tarde a todos, cumprimento o Presidente da Casa, as Deputadas e os Deputados.

Gostaria de dizer que, com o pouco tempo disponível que tenho para falar, que sou um pesquisador, não sou um político, portanto, não sei quais são as prioridades que existem em termos políticos.

Mas, eu gostaria de chamar a atenção, que nós temos um grande hídrico subterrâneo no Estado do Paraná, que seria há muitos anos atrás e é hoje, capaz de aminizar o problema da seca e os prejuízos advindos do período sem chuva que aconteceu este ano.

A imprensa falou em torno de um bilhão de reais. O valor não vem ao caso, pode ser seiscentos ou um bilhão, o prejuízo é grande. A questão toda se deve a problemas de irrigação.

Nós temos todo ano na Região Oeste e Sudoeste do Paraná períodos que variam de 30 a 50 dias sem chuvas. É período suficiente para se perder safras de soja e de milho, como aconteceu recentemente.

Então, é preciso que vocês deputados tenham consciência que nós temos esses recursos e que é preciso uma decisão política para que não haja mais esse problema de seca. Portanto, que não haja mais essa perda de cultura.

Uma questão muito séria que acontece que é que, pela Constituição Federal, esses recursos hídricos subterrâneos são de domínio do Estado. Atualmente existe uma PEC, chamada PEC-43, circulando no Senado da República transformando o recurso hídrico subterrâneo em patrimônio da União. O objetivo nada mais é do que a arrecadação. Isso é um atraso, um roubo, ao patrimônio do Estado do Paraná!

O único Estado que se pronunciou até o momento foi o Estado de Minas Gerais e do ponto de vista dos técnicos, é que o Estado do Paraná também deve tomar uma posição através da sua Bancada. Porque a água, como vocês sabem, vai ser paga, a água bruta captada em rio ou no subsolo, a base de dois centavos por metro cúbico. Isso representa uma fábula de dinheiro.

Se o Estado não tomar providências, todo o licenciamento outorga que hoje é de responsabilidade da SUDERHSA, no Estado do Paraná vai passar para a União, com o objetivo único e exclusivamente de arrecadação. Nenhum recurso desse vai ficar no Estado do Paraná, vai se perder as informações sobre o subsolo, porque ninguém mais vai pedir autorização para buscar informação lá em Brasília, porque Brasília não tem competência pessoal para se buscar essas informações que hoje nós temos.

Vim aqui hoje, para chamar e registrar a atenção disso, porque essa manifestação que eu estou fazendo vai ser registrada na Associação Brasileira de Recursos

Hídricos, na Associação Brasileira de Água Subterrânea, de forma que esta manifestação fique registrada na história, para que amanhã ou depois, se nenhuma alternativa for tomada, a responsabilidade vai ser transferida a quem de direito possa, ou seja, vocês que têm o direito e o poder de tomar as decisões, os caminhos e os rumos do nosso Estado.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, a professora Nádia Boscardin Borghetti.

Professora Nádia Boscardin Borghetti

A SRA. NÁDIA BOSCARDIN BORGHETTI

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Hermas Brandão; Exmas. Deputadas e Exmos. Deputados.

Foi em julho de 2003 que surgiu a idéia de fazer um livro sobre o Aquífero Guarani, justamente porque nossa sociedade não tem consciência das reservas, dos recursos hídricos que possuímos.

Uma curiosidade que eu e o Borghetti, biólogos, não sabíamos da existência deste Aquífero Guarani, até aquele momento. E foi um grande desafio para nós elaborar esse livro. A grande preocupação que tivemos, o que sentimos quando estávamos elaborando, é a falta de consciência da população para a vulnerabilidade desse recurso tão importante que é a água.

Portanto, acreditamos que só com uma educação responsável é que poderemos criar base para que a sociedade desenvolva esta consciência, a consciência do não desperdício da água, a questão da não degradação dos nossos mananciais, o que não existe. Esta educação deve começar nas nossas casas e nas nossas escolas. São as crianças que levam a informação para dentro de casa. Não podemos mais cuidar da água como se ela fosse abundante e nunca fosse acabar.

Então, agradeço a oportunidade que nos foi dada, de divulgação do nosso trabalho, aqui na Casa. Agradeço ao Presidente da Assembléia Legislativa; e eu considero um privilégio estar aqui, porque sobre o Aquífero Guarani vivem trinta milhões de pessoas. Só no Brasil são 25 milhões. No Estado do Paraná o Aquífero Guarani ocupa 65,9% do território. São seis milhões de pessoas que estão representadas aqui, pela maioria dos Deputados.

Por isso, faço um apelo a vocês: a água não pode ser tratada como o petróleo, como a energia elétrica, como o ouro, a prata, a telefonia, porque a humanidade viveu milhares de anos sem utilizar estes recursos, mais jamais teria sobrevivido sem a água.

Por isto, a água é um bem universal, é um bem público. Eu apelo às Sras. e aos Srs. Deputados, para que a água continue sendo tratada como um bem público.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em seguida, teremos a apresentação pelo biólogo José Roberto Borghetti.

Professor José Roberto Borghetti

O SR. JOSÉ ROBERTO BORGHETTI

Deputado Hermas Brandão, Presidente desta Casa; Sras. e Srs. Deputados.

O Brasil já tinha uma das maiores reservas de água superficial do mundo, que é a Bacia Amazônica e a Bacia do Prata, e agora, recentemente, com a questão do Aquífero Guarani, o Brasil fica extremamente vulnerável, exatamente porque o domínio do petróleo, a nível mundial, vocês sabem de quem é. E a grande guerra não será pelo petróleo, não será pela energia, não será pelo dinheiro. Será pelo bem essencial de que todos dependemos, que o nosso corpo significa 70%, que é a questão da água.

Falo, sob o ponto de vista da vulnerabilidade, porque as grandes potências estão atrás do que a sociedade precisa. Até recentemente era o petróleo, e agora é a água. E o país focado na questão da água é o Brasil. Pelas dimensões das águas superficiais e agora, com a apresentação do Aquífero Guarani, esta reserva tão importante que une os quatro países: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

No Brasil ocorre em oito Estados, sendo que a maior proporcionalidade é no Estado do Paraná.

O Aquífero Guarani é importante no abastecimento público, no desenvolvimento da agropecuária, agroindústria e no desenvolvimento hidrotermal.

Gostaria de ressaltar duas coisas principais: se resgatarmos a questão da cafeicultura no Norte do Estado do Paraná, que foi drasticamente castigada nas décadas de 50, 60 e 70 pela geada, podemos, agora sim, com o livro que fizemos e com todos os dados técnicos que possuímos, ousar em resgatar a cafeicultura do Estado do Paraná. Por quê? Porque com a água quente o Aquífero Guarani da Região Norte do Estado do Paraná, podemos fazer com tecnologia um processo de microaspersão ligado a um sistema automático de controle de temperatura que evita a geada. Quando atinge uma determinada temperatura você pode ligar o sistema e fazer com que a geada seja eliminada definitivamente da cafeicultura paranaense.

Podemos falar também da questão do Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, onde passa o Aquífero Guarani com a temperatura, em média, de 45° a 55°.

Poderemos resgatar a produção pesqueira, principalmente da piscicultura. O Paraná, há dois anos atrás, era líder brasileiro na piscicultura. Hoje não é mais, porque o Nordeste tem uma temperatura ideal e bateu o Estado do Paraná. Se falarmos do aproveitamento das águas do Aquífero Guarani, com o objetivo de resgatar a produtividade da piscicultura do Estado do Paraná, com certeza estaremos gerando economia, riqueza àquelas populações que estão saindo dessa atividade.

Se falarmos do aproveitamento hidrotermal no desenvolvimento de hotelaria, de balneabilidade, também podemos aproveitar esse grande potencial do Aquífero Guarani, tendo em vista que temos temperaturas altíssimas e poderia gerar uma economia bastante significativa para o Estado do Paraná.

Percebemos a importância que tem no sistema agropecuário, agroindustrial. Se falarmos que uma agroindústria no Oeste do Paraná gasta cerca de três milhões de reais por mês para aquecer suas caldeiras, se fizer um único furo utilizando a água do Aquífero Guarani reduz drasticamente.

Então, o que precisa ser proposto é um trabalho sério, de governo liderado por esta Casa, sob o ponto de vista de identificar pesquisas mais sérias, com objetivo de fazer o aproveitamento racional do Aquífero Guarani para o desenvolvimento da vocação do Estado do Paraná, que é a agropecuária e, principalmente a agroindústria. E criar alternativas de desenvolvimento econômico regional, fortalecimento do sistema agropecuário e agroindustrial, principalmente o lazer para a população que aqui trabalha possa estar focado nos seus grandes eixos estratégicos no Estado do Paraná.

Sr. Presidente, o nosso apelo ao elaborarmos esse livro, que teve repercussão não só no Brasil, através do “Globo Repórter”, mas também em nível internacional. Estamos esperando uma equipe da National Geographic que vai colocar o aquífero em nível mundial para que possamos esclarecer todo esse levantamento técnico que fizemos.

O apelo mais importante é que o Estado do Paraná, que detém a maior concentração em nível nacional, possa liderar uma bandeira efetiva de utilização nacional desse importante recurso estratégico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Gostaria que V. Exa., se concordasse, ficasse mais alguns minutos na tribuna para que pudéssemos abrir um espaço para os Parlamentares fazerem algumas perguntas.

Pela Ordem, Deputado José Maria e depois o Deputado Marcos Isfer.

O SR. JOSÉ ROBERTO BORGHETTI

Vou tomar a liberdade de convocar os autores para estarem presentes comigo para poder colaborar nas respostas.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Primeiro, Sr. Presidente, quero cumprimentar o grupo de técnicos liderados pelo Borghetti, no sentido do trabalho que apresentou. É um recurso, como na própria fala de todos levaram em consideração a importância da questão da água, não só do ponto de vista do abastecimento humano, mas, sobretudo, do valor que isso vai ter no futuro. Se guerras houveram no passado por poços de

água, como de Jacó, haverá, com certeza, por um reservatório como do Guarani.

V. Sa. colocou as formas de utilização, mas nós sabemos que antes de utilizar é preciso fazer um estudo muito mais profundo do que vem a ser e de como vamos utilizar essa água, porque ela tem temperaturas, tem alcalinidade, tem propriedades químicas diferentes em cada uma das regiões desse reservatório.

Como é que a ciência, a pesquisa pode orientar os governos e a própria Assembléia Legislativa se ela se dispuser a contribuir com os senhores na elaboração de uma lei para a boa utilização desse recurso? Como é que isso pode ser feito?

Uma segunda questão: sempre vejo e acompanho os mapas cartográficos, especialmente os hídricos, e nunca me constatou a extensão dele atingindo próximo de Cuiabá, se não me falha a visão daqui lá, porque ele é considerado sempre contínuo e ali tem uma porção que é descontínua, qual a razão para identificá-lo como Guarani e não como outro reservatório, como Carsten e outros que tem pelo País afora?

O SR. JOSÉ ROBERTO BORGHETTI

Muito bem, acho que é uma grande pergunta bastante rica e a grande importância do Aquífero Guarani está exatamente na diversidade de uso. Por quê?

O pessoal pode dizer: “não, se vai utilizar água boa do Aquífero Guarani para a agroindústria”. Não é isso. “Você vai utilizar água que pode ser de abastecimento doméstico para parte hidrotermal”. Não é isso.

O Guarani tem uma diversidade e riqueza, porque a água que aflora, por exemplo, Ribeirão Preto no Estado de São Paulo - 100% da população é abastecida com água do Aquífero Guarani, porque ela aflora e aí não tem problema da temperatura e não tem problema da questão química que você colocou. Já no Norte e Oeste do Estado do Paraná, ela é uma água quente, portanto, não serve para o consumo humano.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Na minha cidade tem dois poços produzindo mais de oitocentos metros cúbicos por hora; é quente, acima de 38 graus e tem uma qualidade química bastante comprometida, não só para uso humano, como para aplicação em algum tipo de atividade empreendedora.

O SR. JOSÉ ROBERTO BORGHETTI

Qual é a sua cidade?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Ibiporã.

O SR. JOSÉ ROBERTO BORGHETTI

Bom, depois o professor Ernani vai falar sobre isso.

Então, na realidade, a riqueza do Guarani está exatamente nisso, quer dizer, ela pode ser utilizada para a

questão do abastecimento doméstico, para questão do fortalecimento agropecuário e agroindustrial e, também, para questão da balneabilidade através do turismo hidrotermal, em função da questão da temperatura, da floração e, principalmente, da questão da alcalinidade e outros produtos químicos.

Gostaria que o professor Ernani explicasse a questão de Ibiporã e, também, a questão de Cuiabá que você levantou com bastante propriedade.

Só um minutinho que a Nádia vai falar antes.

A SRA. NADIA BOSCARDIN BORGHETTI

Só gostaria de complementar a primeira pergunta que foi justamente o que o professor Ernani falou, que as águas subterrâneas hoje pertencem ao Estado e está tramitando essa proposta para que elas pertençam à União. Isso não pode acontecer. Temos que lutar porque isso traz desenvolvimento. Então, a Universidade Federal do Paraná é pioneira no estudo do Aquífero Guarani.

É muito importante que tenha essa cooperação entre os políticos e a pesquisa, que haja esse cuidado para que não sejam também permitidas as perfurações de poços onde às vezes não vão encontrar água, às vezes a água não é potável. Precisa muita seriedade mesmo.

Colocamo-nos à disposição, para colaborar com a Casa neste sentido.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Ainda com relação ao que a senhora colocou, é possível ter algum mapa hidrológico levantando cada uma das regiões o que tem? É possível?

Com relação ainda às “PEC” tanto 43 como 17 que também retira dos Municípios competência para legislar e para fazer uso da água, são extremamente importantes e vêm em prejuízo dos nossos municípios. Tem duas “PEC” que tramitam no Congresso que precisam ter, por parte da sociedade, por parte dos políticos, uma atenção muito grande para que ela não venha em prejuízo do nosso meio-ambiente.

A SRA. NADIA BOSCARDINI BORGHETTI

O professor Ernani está trabalhando neste sentido já faz algum tempo ele vai concluir a resposta.

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

A primeira questão, sobre Ibiporã. Faço essa pesquisa desde 1974. Em 1975 executamos a primeira perfuração em Londrina que deu dois miligramas de flúor. Havia na verdade uma questão política entre a construção da barragem e em contrapartida a perfuração e investigação desse reservatório subterrâneo. Ganhou por pressão política que uma coisa não eliminaria a outra, a captação do Tibagi. Com isso perdemos vinte anos, praticamente, de falta de investimento na pesquisa.

Hoje nós sabemos, por investigações, Londrina, Ibiporã, mais de 27 sistemas que a SANEPAR cuida na região Norte, Cambará, Bandeirantes, que ali a água é

doce. A água ali não precisa de tratamento. Em Ibiporã a água tem uma temperatura elevada, mas ela pode ser resfriada e consumida bruta. Ela necessita só cloro por uma questão de tubulação de distribuição de água. Mas, ela não precisa de tratamento convencional. Isso mostrou a importância do Guarani inclusive para Londrina. Tanto é verdade que neste momento atual Londrina está perfurando o segundo poço atrás do aeroporto para complementar o sistema de abastecimento de Londrina que está “indo para o pau”. Todo mundo está sabendo disso.

A questão geológica é complexa, precisamos investigar geologicamente para saber exatamente isso que o senhor falou, onde nós temos blocos. Porque ele é cheio de blocos por falhas geológicas. Cada bloco desse tem um tempo de resistência de água que se enriquece mais ou menos em termos de sais.

Então, percebemos, por exemplo, uma distância de oito quilômetros do poço de Londrina próximo ao aeroporto em relação ao poço de 78, o de 78 tem doze miligramas de flúor. O de Londrina, atrás do aeroporto, deu dois. É compatível com a Organização Mundial da Saúde.

É uma questão de investimento na pesquisa. Tem que começar a investigar. Como contou-me o Presidente da Casa, Deputado Brandão, ele perfurou o poço na região de Rio Bonito a Ribeirão Claro, quatrocentos metros e não encontrou água lá. Por que aconteceu isso? Porque evidentemente ele não é geólogo, não consultou técnico especialista e pagou caro por esse prejuízo. É preciso saber quem pode informar melhor. Para fazer isso, mesmo os técnicos precisam estudar para conhecer.

Cuiabá é uma questão geológica complexa de explicar. A Chapada dos Guimarães é contada na parte superior do Guarani e na parte basáltica que chamamos de Furnas. Entre Furnas e Guarani temos um hiato de deposição de sedimentos, que temos na Bacia do Paraná que desapareceu, ali, de quatrocentos milhões de anos atrás até 170 milhões de anos atrás. Onde está esse sedimento? Sabemos que falta esse sedimento, que chega a cinco mil metros de espessura, que não existe em Cuiabá e que temos na Bacia do Paraná, no Estado do Paraná, coincidentemente. É uma questão de investigação geológica.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

É por esta razão que é considerado também como Guarani aquele espaço, essas Furnas?

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

As Furnas acontece aqui em Ponta Grossa. Aquela região, que é chamada de paleozóica. No Segundo Planalto Paranaense, encontramos as Furnas. Depois, sobe o Terceiro Planalto Paranaense, quando chegamos na região de Guarapuava. Ali começa o basalto, que é a alteração da terra roxa; abaixo disso aí, temos o Guarani.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Estou me referindo a Cuiabá.

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

Cuiabá sumiu. Todo aquele trecho foi erodido. Aquilo lá em cima é a Chupada dos Guimarães. Naquela escala está exagerada. Depois tem (?) que são rochas muito mais antigas. O resto foi erodido. O Mato Grosso só pega uma faixa. Se descermos todo aquele verde, ali, é basalto, que é a alteração da terra roxa. Esse basalto é água doce: a melhor água que existe subterrânea, que tem um problema para irrigação.

Temos isso disponível no Paraná, hoje, em 82% dos Municípios abastecidos com águas subterrâneas, não da população, mas dos Municípios, porque existe a cultura de usar água subterrânea, para cidades de médio porte principalmente. Quando se trata de médio ou grande porte, como Londrina, sempre foi descartada essa possibilidade, mesmo com os contratos que foram feitos, por exemplo, com a JAICA, do Japão, que ficou aqui três anos estudando e que fez estudo para Cascavel, Maringá e não considerou a existência desse reservatório, nem do basalto e nem do Guarani.

Nós, brasileiros, tupiniquins, temos dados sobre isso aí. Ribeirão Preto são 560 mil habitantes, é maior que Londrina, 100% é abastecida com água do Guarani.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Eu gostaria, antes de tudo, de saudar o Deputado José Roberto Borghetti, porque uma vez achei que ele seria - tinha mais pretensão à época, Deputado Hermas Brandão, do que a própria Cida, nossa companheira nesta Assembléia - meu amigo, companheiro de muitos anos, a Nádia, professor Ernani.

Eu gostaria de primeiro comunicar o seguinte: tive informação por parte do Secretário Cheida, que há um estudo bastante adiantado, para a criação de uma diretoria de águas, que voltaria a sua atenção justamente nesse sentido, também de quatro agências locais de água e para isso haveria todo um projeto em desenvolvimento. É muito importante que nos informem também sobre esta PEC, que está andando bastante celeremente, para que possamos naturalmente todos nós Deputados paranaenses, nos unirmos nesta luta contra mais uma vez sermos espoliados, mais uma vez a União passar a perna nos Estados e nos Municípios, que naturalmente estando dentro do Estado, dentro da jurisdição estadual, tenho certeza, que os Municípios acabam melhores contemplados.

Existe um estudo, por exemplo, com relação ao Aquífero? Esse estudo geológico que foi citado, que há necessidade, ele teria que ser aprofundado. Para esse estudo já existe algo ocorrendo, a Universidade Federal já está fazendo alguma coisa?

Por parte da SUDERHSA, existe algum tipo de provocação do assunto para que possamos, efetivamente, dar mais apoio ainda, como neste caso dessa Diretoria de Águas que eu sei que o Secretário de Meio Ambiente

quer criar dentro da SUDERHSA, com o companheiro Darci, para que possa já a partir deste ano ter a sua existência oficializada.

Então, eram essas as informações que gostaríamos de ter!

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um adendo à pergunta do Deputado Marcos Isfer, mas, em primeiro lugar, agradecer a presença dos senhores aqui e parabenizá-los pelo excelente trabalho, e dizer também que esta é a oportunidade de trazer isso para o debate aqui na Assembléia Legislativa.

A pergunta que faço é porque assisti a uma reportagem na televisão a respeito do reservatório e acho que foi baseada inclusive nos estudos que vocês levantaram. Não posso me lembrar dos números que o jornalista apresentou, mas os números do reservatório são números colossais. Fizeram estimativas de fornecimento de abastecimento de água potável para a América, uma população enorme, durante anos.

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

Isso não é real.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Não é real. Pois é! Eu gostaria de saber a respeito desses números, porque ali o debate a respeito da questão de trazer isso sob o controle da União, dependendo dos números, eu poderia até entender quais são os motivos que no Congresso Nacional tramita uma medida para transformar o reservatório como propriedade da União, dado o interesse da União em investigar, pesquisar e autorizar de forma adequada o uso. Fiquei sabendo da PEC agora e só estou tentando entender as motivações, dado os números que foram levantados pela reportagem.

Então, o Marcos fez uma pergunta eu acho que abrange essas interrogações que também tenho. Gostaria, se o senhor pudesse, que traga alguma luz sobre esse problema.

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

O número realmente foi dado mais para vender jornal, porque foi falado que seria possível abastecer a população brasileira por dois mil e quinhentos anos. Esse foi o número colocado e dito por ele, em toda a extensão, era de água doce.

Realmente não é isso, mas o que aconteceu, na verdade, é o seguinte: nós sabemos que é retirado sal lá no Nordeste de poços com alta salinização. Então, dependendo da demanda, vai haver investimento para retirar o excesso de sal nessas situações, onde cidades do porte de Maringá poderiam ser abastecidas naquela região. Isso, sem a menor dúvida, pode acontecer, porque é questão tecnológica.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

E em quantos por cento ele está no Paraná?

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

No Paraná ele está sob o basalto em mais de cem mil quilômetros quadrados. Então, nós temos mais ou menos cem mil quilômetros quadrados, com uma espessura média de duzentos metros saturado em água.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Gostaria que o senhor fizesse a descrição no Paraná. O que existe no Paraná?

Primeiro é terra roxa, depois é basalto, depois é gás e depois é água ou não?

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

Não. primeiro é a terra roxa, que é alteração do basalto, que é uma rocha rica em ferro e magnésio e por isso dá o solo rico. E embaixo do basalto, que chega a um mil e quinhentos metros de espessura na área mais profunda, tem um pacote de areia, que é um palio deserto, o maior palio deserto do Mundo, que é a tal Guarani e que há alguns anos nós chamávamos de Botucatu.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Embaixo do basalto é esse deserto antigo e depois a água?

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

Não. A água ocupa os espaços entre os grãos que constituem a areia. É como se fosse uma esponja e não um mar de água. É areia saturada em água.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

É uma esponja gigante?

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

Exatamente.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Então, isso responde a outra pergunta que eu iria lhe fazer: se retirarmos a água, não cai o Paraná?

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

Não, porque o basalto funciona como uma espécie de um pilar enorme, como se fosse construir um prédio, só que natural e com uma espessura de um mil metros. Não tem como mexer. É completamente diferente da situação da carst, que são cavernas.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Porque há esse medo entre a população...

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

Geologicamente não tem nenhuma relação, então não existe esse problema.

Agora, com relação ao que o Deputado Vanhoni mencionou, depois até eu gostaria de deixar para vocês essa PEC o que motiva isso aí é que foi estabelecido pela Agência Nacional de Águas que a água, seja superficial ou subterrânea, vai custar 0,02 centavos o metro cúbico. Ou seja, por exemplo, hoje a SANEPAR capta água do Rio Iraí, ela não paga pela matéria-prima, que é a água, absolutamente nenhum tostão. Então o maior negócio que existe é vender a água, porque está garantida a venda em 100%. A partir do que foi estabelecido pela Agência Nacional de Água, toda a água vai ter um preço para captar. Então, o que aconteceu com o Governo Federal, como sempre acontece, ele quer pegar o dinheiro para ele e quer tirar esse patrimônio do Estado e as pessoas que perfuram têm a obrigação de solicitar a outorga no Estado, que é a SUDERHSA. E quando eles fazem isso, eles têm que pagar porque eles têm que dizer quanto eles estão tirando e esse dinheiro vai lá para Brasília.

Então, o que vai acontecer? Quem perfura não vai mais se preocupar em pedir outorga porque sabe que não vai ter mais fiscalização. Brasília é incompetente em termos de fiscalização e de pessoal, isso é um fato, eles não fiscalizam nem água mineral, que é a segunda maior receita que tem no Brasil em recursos naturais e só perde para o ouro.

Então, a questão é só arrecadação e nós não podemos deixar isso acontecer, isso tem que ser pago aqui para o Paraná.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Pela Ordem)

Eu gostaria que respondesse quanto tempo dá para abastecer e qual é o tamanho da possibilidade, já que não são dois mil e quinhentos anos, e o que o conhecimento técnico-científico hoje disponível traria de luz sobre esse problema?

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

Depende de vários aspectos para onde vai ser usado, mas na verdade existem formas técnicas de se calcular, porque tem que se estabelecer equilíbrio entre o que entra e o que sai. Se começarmos a tirar mais do que entra, ele vai secando, vamos tirando mais.

Então, por exemplo, Ibiporã, só para ter uma noção assim, que não entrou em operação ainda, são dois poços, um de 360 e um 780 jorrantes, sem bombeamento, sem gasto de energia nenhuma, água doce da melhor qualidade. Londrina, atrás do aeroporto, são quinhentos mil litros/hora, jorrante, jogando para cima trinta metros, igual a petróleo.

Então, imagina, se precisamos de mil litros/dia por residência, quanto daria para tirar quinhentos mil litros por hora? Tem que se calcular, existem métodos para se estabelecer esses cálculos, para dimensionar quanto um poço ou vários poços podem extrair para abastecer uma determinada população em função da demanda. Nós temos uma Universidade, só para complementar, vários estudos em várias regiões do Estado em nível de mes-

trado, em nível de orientação de mestrado e doutorado sem praticamente recurso nenhum.

E aí que eu gostaria de dizer: mês passado eu fui analisar projeto na FINEP e lá na FINEP foi liberado três milhões e meio para, por exemplo, cinco bacias, pequenas bacias, no Nordeste, porque houve um esforço da Bancada Nordestina de conseguir esse dinheiro para trabalhar com CPRM lá. Nós aqui que temos esse grande potencial, aqui, não temos um tostão para investigar! Nós entregamos o projeto, aquilo que foi comentado da Secretaria do Meio Ambiente, para a Ciência e Tecnologia, que por sua vez repassou o Projeto para a Secretaria de Meio Ambiente, mas que está parado porque não tem recurso, quer dizer, não existe empenho. E nós trabalhamos nisso faz trinta anos, sabemos disso e agora é um bilhão de prejuízo à agricultura!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Eu gostaria de ter mais uma informação: são conhecidos os pontos de recarga e onde eles ocorrem e a recorrência?

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

Na área próxima a Ibiporã, a área de Ribeirão do Pinhal, aquela região ali, é onde ocorre uma recarga direta da chuva que entra na camada de arenito que aparece, de areia, de arenito, que aparece na superfície. Então a água cai ali e se infiltra para o subsolo. No momento em que se bombeia a água, ela vem, é puxada por um gradiente hidráulico que sai através do poço.

Acontece que no mês de janeiro nós levamos água lá para o Canadá, porque não temos laboratório para este tipo de análise, de isotrópicos, a idade de água chega a 50 mil anos. Por exemplo em Londrina, 50 mil anos, então como é que está entrando? É uma investigação que está em andamento, 50 mil anos é muito tempo, não tem água de chuva, é água lá debaixo, só.

O SR. NEIVO NERALDIN (PDT)

Inicialmente acho que nada mais justo do que cumprir esta equipe que fez este Estudo e traz a esta Casa para discussão para que este tema venha à baila dentro da sociedade do Paraná. Este ponto já é extremamente importante.

Parece-me que a questão é sempre concentrar tudo na União, depois acaba acontecendo a intermediação e estoura o prejuízo no povo que mora no Município e que vive no Estado.

Nesta questão, nós consumimos água de aquífero, nossas favelas de Curitiba e região metropolitana, há uma população que reside ali e bebem aquela água do manancial freático poluído, o Governo não cuida também, temos que fazer uma “mea culpa” em relação a isso e aí me chama a lembrança o aquífero que cerca aqui a região metropolitana, inclui aí uma experiência feita pela SANEPAR tirando a água do Aquífero Carst de Colombo, Tamandaré, onde teve um grande impacto esta

questão; talvez tenha sido por falta de um estudo mais aprofundado, mas causou um certo impacto.

Outra questão que me chama a atenção é toda esta parte do Paraná onde temos o aquífero: nós tínhamos que fazer ali um cordão verde, cercando todo o aquífero porque certamente o veneno utilizado para o plantio vai impactar na questão da exploração para o aproveitamento da água, no futuro.

O SR. JOSÉ ROBERTO BORGHETTI

Só nas áreas de afloramento, Deputado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Nas áreas de afloramento e aí, Manoel Ribas, no caso, ele já aflora?

(Assentimento)

Mas essa idéia de discussão ambiental, eu sou autor da Lei do ICMS Ecológico que dá uma compensação ao Município que tem manancial. Essa Casa aprovou esta Lei em 91, e numa solução caseira do Paraná, porque não há dinheiro do Governo do Estado; é só dinheiro dos municípios industrializados, é uma forma de compatibilização do crescimento econômico com a preservação ambiental onde já se repassou um bilhão de reais praticamente aos Municípios que preservam o meio ambiente.

Eu penso o seguinte: se nós temos esta riqueza, nossa, do Estado e do Brasil, porque a União Federal não dá uma compensação? Ou até incluir o aquífero dentro da Lei do ICMS Ecológico para que os municípios que detém esta riqueza nobre que é a água possam receber uma compensação financeira?

Se levarmos em conta que a compensação hoje é moda no mundo, se nós investimos no Paraná um bilhão de reais aos municípios que preservam a natureza porque o 1º mundo que já devastou, que já não tem mais as riquezas que nós temos, não dá uma compensação equivalente a que nós fazemos? Por que o Governo brasileiro não trabalha em termos de primeiro mundo no sentido de trazer o capital internacional como compensação pelas riquezas naturais que temos?

O assunto hoje é específico: o Aquífero Guarani.

Então, quero dizer aos senhores professores que fico muito feliz em ver esta Casa debatendo um assunto tão nobre e esperamos que este trabalho não só seja reconhecido por esta Casa, mas pelo povo do Paraná e sobre tudo pelo Governo brasileiro. E o mundo que olhe para o Brasil, que é muito rico. E muito o contrário vem acontecendo com o Brasil. Ontem eu visitava Guaraqueçaba e fiquei sabendo lá que inúmeros cientistas alemães, americanos estão lá explorando a nossa biodiversidade e que existem organizações que estão sendo uma espécie de imobiliária dos americanos e estão aqui a permitir que cientistas do primeiro mundo venham aqui e explorem a nossa biodiversidade e recebam informações dos nativos, que segundo informações científicas eles conquistam 10 anos de informação de laboratório pela informação do cidadão que lá vive, que lá mora durante 400 anos.

Então era essa a minha intervenção e dizer que queira Deus que compense a todos vocês pelo trabalho. E espero que esta Casa dê seqüência nesse trabalho e que não permita que o Governo Federal retire das nossas mãos, porque o cidadão mora e vive no Município e no Estado.

Muito Obrigado, e meus parabéns!

O SR. JOSÉ ROBERTO BORGHETTI

Obrigado pela intervenção.

E acredito, e há um consenso entre os autores do livro que diga-se de passagem são aqui do Paraná, quer dizer é a prata da casa sendo levada para outras regiões de nível nacional e nível internacional.

Gostaria de colocar o consenso que nós chegamos, vamos estar voluntariamente à disposição desta Casa para que realmente o Estado do Paraná possa ter um modelo de aproveitamento racional das águas do Aquífero Guarani e que possa daqui, sim, serem espelhados os outros Estados sob o ponto de vista de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, que tem um equilíbrio tanto na economia (na parte da geração de emprego), quanto na ecologia (na questão da conservação e preservação).

Estamos à disposição de vocês para que possamos unir esforços para fazer o melhor possível sob o ponto de vista da questão técnica e uma colaboração voluntária nossa para essa importante Casa sob o ponto de vista de desenvolvimento sustentável do Aquífero Guarani.

Com relação à questão federal, acho que essa é a situação mais grave que nós levantamos aqui. O Deputado Marcos Isfer e o Deputado Vanhoni que são os 2 amigos que tenho aqui. Ângelo Vanhoni, grande companheiro desde a época da Universidade. Até se me permitir vou falar um pouco da história.

Na época era Presidente do Diretório da Universidade Católica do Paraná e meu opositor, mas meu amigo era o Ângelo Vanhoni, três eleições, acabei sendo eleito três vezes. Aprendi muito com ele, espero que ele tenha aprendido comigo também. O Marcos Isfer foi o colega que me colocou na questão política, na época da ARENA, ele e o Juarez Moraes, e quem colocou a Cida Borghetti, que é minha irmã, e que considero irmã de vocês, também foi o Marcos Isfer e o Juarez Moraes. Na época foi como o Marcos falou que eu tinha mais vocação para a área política e de repente foi a Cida que se identificou como uma grande líder. E espero que ela esteja contribuindo da melhor forma possível com vocês e também com o povo do Paraná.

O que é mais grave, efetivamente, com a questão do Aquífero Guarani e essa questão de tirar a soberania do Estado para colocar em nível nacional. Isso perde completamente a questão do uso racional e principalmente faz com que as questões do cuidado para com essa reserva seja renegado ao último plano, de forma que o apelo nosso é que a Assembléia se mobilize com o apoio técnico nosso e possa fazer com que realmente a legisla-

ção continue valendo como patrimônio do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Última interpelação, Sr. Deputado Scarpellini.

A SRA. NÁDIA BOSCARDIN BORGHETTI

Só quero concluir, porque estamos preocupados agora que as águas subterrâneas possam passar para a União. O Aquífero Guarani, já foi feita uma proposta da ONU para transformar o Aquífero Guarani em patrimônio da humanidade. Por isso já existe um Comitê ADOC, do Parlamento do MERCOSUL que está fazendo um acordo, propondo um acordo para proteger isso, porque vocês podem ver pelo mapa, que o Aquífero Guarani coincide com a região interiorana dos quatro países e isso traz desenvolvimento e temos que lutar por isso. É um patrimônio nosso e não podemos permitir que saia daqui.

Se for para a União será pior ainda, podemos cuidar melhor e trazer o desenvolvimento para a nossa região. Contamos com o apoio de vocês para isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, ilustres conferencistas, ouvi a senhora dizer que querem adotar o Aquífero Botucatu, recém batizado Guarani como um patrimônio da humanidade. O interesse, minha senhora e senhores que aqui estão, que a ONU não adota a fome do mundo como patrimônio da humanidade? Quando tem problema, os Estados Unidos, a nação mais soberana, faz os vetos que mais lhe interessa, a ONU cumpre as resoluções que interessam ao alto mandatário americano e deixa de cumprir as outras e essa é a regra que está estabelecida! O fraco continua sendo dominado pelo forte! Aqui no nosso caso específico, tenho que discordar em alguma coisa dos ilustres conferencistas.

O Departamento Nacional de Produção Mineral que controla o subsolo e controla as outorgas para exploração e lavra dos minérios, entendo que deve ser da União. A questão de delegação de cobrança para o Estado eu também condeno. Acho que a água não tinha que ser cobrada nem pelo Estado nem pela União e nem pelo Município. A fiscalização sim, pode ser feita em conjunto entre o Estado, a União e o Município, por se tratar de um bem que é usado para se manter a vida. Agora, com relação a passar, pura e simplesmente para o Estado a outorga para o uso da água e o controle absoluto sobre quem deve ou não deve usar, você vai cair em uma malha aqui no Estado que vai dizer o seguinte: “olhe, aí ninguém pode pôr a mão também, porque a SANEPAR vai precisar dessa reserva daqui a vinte ou trinta anos”.

Acompanhei a discussão do Aquífero Botucatu lá em Londrina, à época eu era Deputado Estadual aqui e já

se discutia o Aquífero Botucatu. O Barion era o Superintendente em Londrina; Wilson Moreira, o Prefeito. O Governador depois, Álvaro Dias, optou por trazer o Rio Tibagi e nós tínhamos discutido aqui, na Comissão de Ecologia da Assembléia onde eu fazia parte na época e eu não me lembro se eu fui Presidente ou Relator dessa matéria. Tínhamos lá, nos postos de Londrina, que alcançava o Aquífero Botucatu, um índice muito elevado de flúor e que a água precisava ser tratada para extrair dela uma quantidade muito grande de flúor e que ficaria mais barato você tratar a água do Tibagi do que tratar a água do Aquífero Botucatu.

Bom, isso foi o que os técnicos nos informaram aqui há vinte anos atrás, na Assembléia. Conheço o Aquífero Botucatu, que hoje é Guarani, talvez há mais tempo do que muitos técnicos e de muitas pessoas que estão aqui. Eu era vizinho de onde a PETROBRAS abriu um poço em Apucarana, na divisa com Arapongas, num lugar chamado Aricanduva, mais propriamente, na cabeceira do Araguari e perfurando, para encontrar petróleo a 985 metros, em 1961, portanto, há 44 anos esse poço foi aberto lá e nós fomos lá para ver o petróleo e vimos a água quente jorrar do poço da PETROBRAS e esse poço depois foi lacrado e diziam que tinha sido lacrado porque a PETROBRAS tinha encontrado petróleo e que os americanos não deixavam explorá-lo. Agora, nós, as crianças, os meninos que andavam por lá, caçando de estilingue em 61, vimos o poço e a água quente sendo jorrada do Aquífero de Botucatu.

Então, muitas versões já foram dadas a isso.

Discordo plenamente de outra coisa, a questão, por exemplo, de usar a água quente do aquífero para se combater os efeitos da geada. O efeito da geada para ser combatido por aspersão, não precisa ter água quente. Se você tiver água acima de zero grau, um, dois, três graus, ela por si só já elimina o efeito da geada sobre o café.

O SR. JOSÉ ROBERTO BORGHETTI

Então já deveria ter feito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Aí que eu quero chegar, ilustre Dr. Borghetti, que não se faz não é por falta d'água e não é por falta de calor na água. Não se faz por falta de investimento para se fazer o processo de irrigação nos cafezais; é outra história.

Como também nós não temos irrigação no Oeste, no Sudoeste do Paraná, não é por falta do Aquífero Botucatu ou Guarani ou qualquer que seja. Como também, no Nordeste o que falta, o maior lençol freático nós temos o que vem lá do Nordeste brasileiro. O senhor conhece, não tem segredo nenhum.

Não temos a irrigação usando a água do subsolo do Nordeste, não é por falta d'água, é por falta de uma política concentrada lá naquela região e que dote as pessoas e os programas com recursos suficientes para se fazer.

Então, na verdade, não é falta de água aqui, ou lá, e não é por ser água quente que vai resolver o problema da cafeicultura paranaense ou dos Estados do Sul.

Com relação ao que o Deputado Neivo disse, que aqui no litoral estamos vendo as empresas vindo, os pesquisadores levando tecnologia ou levando o conhecimento nosso, é preciso trazer coisa concreta então, pra cá, e vamos denunciar essas pessoas!

E com relação ao mais, Deputado Neivo, o que o senhor está falando, está configurado no Tratado de Quioto, porque a lei da compensação dos países industrializados para os não industrializados, não é nessa questão da água, é no Tratado de Quioto que está tratado.

Então, era essa a minha contribuição para os ilustres palestrantes.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

Gostaria de fazer um esclarecimento ao Deputado, é importante saber desses detalhes. O Ministério de Minas e Energia é que detém o poder, através do Departamento Nacional de Produção Mineral, com relação a águas engarrafadas, que eles chamam de águas minerais.

Não conheço nenhuma água que seja orgânica. Para mim, todas as águas são minerais e o Ministério do Meio Ambiente cuida do ciclo hidrológico, águas superficiais principalmente.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

O senhor está falando de água mineral natural ou água mineral artificial?

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

Natural. Artificial só tem uma fonte.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCAREPLLINI (PSB)

Também não conheço água orgânica.

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

Pois é, porque toda água é mineral e não orgânica.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Mas toda água é natural? Ela pode ser natural ou pode ser artificial?

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

Não, estou falando que toda água é mineral. Aqui no Brasil, só foi implantado, há dois anos atrás, uma água artificial, em Minas Gerais, através da Nestlé, que tira todo o sal da água mineral natural e introduz sal nela.

É o único caso que existe.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Mas ela deixa de ser água mineral natural.

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

Mas é o único caso que existe. O senhor sabe qual é a maior receita de recurso natural que tem no Brasil? É água mineral natural! Não é chumbo, não é manganês, só perde para o ouro, o resto é água!

Por isso que o Ministério de Minas e Energia está atualmente brigando com o Ministério do Meio Ambiente e não...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu discordo do senhor.

Não é questão de só ser o ouro. O petróleo, hoje, é uma receita muito maior que o ouro e muito maior do que a água mineral natural.

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

O petróleo é à parte.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Não é à parte, é subsolo. Estamos tratando de Ministério de Minas e Energia e Departamento Nacional de Produção Mineral.

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

Vou dar um exemplo aqui para o senhor entender melhor, porque precisa entender para tomar decisão. Não é aquela decisão que o senhor falou de Londrina, há vinte, trinta anos atrás. Aquilo não foi decisão, aquilo foi uma mentira.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Foi uma decisão e não foi mentira.

(Discussão paralela)

O senhor não pode vir aqui contrariar todos os técnicos que compareceram há vinte anos atrás, para discutir o Aquífero de Botucatu.

O SR. ERNANI DA ROSA FILHO

Não, se houve um equívoco, era um equívoco; mentira, não!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu peço a compreensão tanto do Deputado José Domingos Scarpellini como do nosso expositor, os expositores vieram a esta Casa para falar sobre o livro lançado, Guarani, sobre inclusive a reportagem que a Rede Globo fez, recentemente.

Eu acho que as divergências são válidas. Mas, temos que posteriormente marcar, até poderíamos convidar novamente os ilustres visitantes, para uma reunião dentro da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, para que possamos discutir mais amplamente o assunto.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente, se me permitir vou fazer uma última consideração. Gostaria de informar ao Deputado Scarpel-

lini que esta Casa, por nossa iniciativa, fez um seminário em 2001, sobre o Tratado de Quioto. E exatamente nesta Casa estiveram cientistas, veio o Banco Mundial para tratar da compensação do que seria o bônus pelas áreas ambientais ou pelo gás seqüestrado, conforme o plantio desta ou daquela área, desde que seja certificado, e conforme o Tratado de Quioto, referendado por 142 países, que entrou em vigor agora, há poucos dias atrás, e que os americanos não querem subscrevê-lo porque a indústria americana é uma indústria que polui 35% do nosso Planeta.

Então, dizer ao Deputado Scarpellini, que fez uma brilhante intervenção, que também em relação a Guaraqueçaba, o que eu falei, já cansei de falar nesta tribuna de que há organizações não governamentais que estão comprando cabeceiras de rios, estão comprando fazendas, porque eles vão evidentemente, no futuro, ganhar muito dinheiro com isto, com o seqüestro de carbono. E ainda estão escriturando, como o Deputado Zucchi esteve na reunião um dia e disse: “como é que o senhor pode escriturar esta terra, dizendo que é usucapião, se é uma terra que nunca foi habitada, nunca foi plantada, não há acesso do homem?” Eles estão comprando, por quê? Por causa do Tratado de Quioto!

Então, especificamente a SPVS está com o dinheiro americano, alemão e outras e outras e outras, comprando! E nossos nativos de Guaraqueçaba, do litoral, Antonina, estão vindo morar sabe aonde? Nas favelas! E tomando água do Aquífero poluído e sempre dependendo do assistencialismo do Governo; deveria estar exatamente onde eles têm toda uma história de vida e poderiam estar vivendo muito bem.

Então, nós podemos, sim, necessitando de uma reação de brasileiro, necessitando de uma reação patriótica: defendendo nossa natureza! Que é o bem maior que podemos ter! A água, o verde! É nossa vida! É nossa força! É nosso capital maior, para enfrentarmos o primeiro mundo. E o capital que vem explorando, sempre, aqueles - como disse o Deputado Scarpellini - os mais pobres!

Nós estamos assim: estão vindo com dinheiro da General Motors. Estão vindo com dinheiro da ONU, do Banco não sei daonde, mas estão comprando nossas áreas, estão explorando, e nós estamos aceitando.

Vamos reagir!

O SR. ERNANI DA ROCHA FILHO

O projeto Guarani, em termos de quatro países, que foi tratado pelo Parlamento do MERCOSUL, foi doado quatorze milhões de dólares pelo Banco Mundial, para ser feito um estudo, iniciar um estudo. Pelo Banco Mundial, o BIRD. E o Banco Mundial fez isto; Contratou a Organização dos Estados Americanos - diga-se americanos do norte, porque a OEA não nos ajuda em nada. A OEA trabalha como uma fundação do Banco Mundial. E o Banco Mundial fez a licitação com a primeira condição de que as empresas executoras da investigação fossem

internacionais. E quem ganhou a licitação da investigação foi a empresa chamada TAHAL, de Israel. Isto está no site da OEA.

Outro detalhe importante: a água captada em canos em todo o Norte de Curitiba, que é colocada em tubulação é a mesma água que é engarrafada em todas as engarrafadoras que temos. A engarrafadora pede licença para DNPN. A que coloca água na tubulação, pede licença para SUDERHSA.

Muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Quero só fazer um registro da oportunidade da intervenção dos três professores felicitando a Mesa Diretora da Assembléia por este momento, no interesse do Paraná. Interesse histórico da gente paranaense.

Acho muito importante, mesmo, que os paranaenses passem a ter visão estratégica das grandes causas do Paraná.

Os três professores que aqui vieram são merecedores do reconhecimento da Assembléia pelo seu trabalho, como o são a maioria dos grandes cientistas que às vezes não são reconhecidos. Aliás o Paraná perdeu na semana passada o cientista o Dr. César Lattes, que ganhou menção em todos os grandes noticiários do País. Cientista que esteve quase para receber o prêmio Nobel de Física, no tempo do Presidente Getúlio Vargas. E nós paranaenses não lhe demos o devido valor e nem o devido tributo. Eu, quando Prefeito lhe dei a titularidade de um Farol do Saber.

Mas nós, paranaenses, precisamos dar valor aos que aqui exercem o ousado ofício de pensar o futuro, sem esse vício tão provinciano de ter inveja de quem pensa.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ ROBERTO BORGHETTI

Gostaria de agradecer e ficou muito claro a riqueza dos debates que aqui foram produzidos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Eu peço a compreensão tanto do Deputado José Domingos Scarpellini como do nosso expositor, os expositores vieram a esta Casa para falar sobre o livro lançado, Guarani, sobre inclusive a reportagem que a Rede Globo fez, recentemente.

Eu acho que as divergências são válidas. Mas, temos que posteriormente marcar, até poderíamos convidar novamente os ilustres visitantes, para uma reunião dentro da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, para que possamos discutir mais amplamente o assunto.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Sr. Presidente, se me permitir vou fazer uma última consideração. Gostaria de informar ao Deputado Scarpellini que esta Casa, por nossa iniciativa, fez um seminário em 2001, sobre o Tratado de Quioto. E exatamente nesta Casa estiveram cientistas, veio o Banco Mundial para tra-

tar da compensação do que seria o bônus pelas áreas ambientais ou pelo gás seqüestrado, conforme o plantio desta ou daquela área, desde que seja certificado, e conforme o Tratado de Quioto, referendado por 142 países, que entrou em vigor agora, há poucos dias atrás, e que os americanos não querem subscrevê-lo porque a indústria americana é uma indústria que polui 35% do nosso Planeta.

Então, dizer ao Deputado Scarpellini, que fez uma brilhante intervenção, que também em relação a Guaraqueçaba, o que eu falei, já cansei de falar nesta tribuna de que há organizações não governamentais que estão comprando cabeceiras de rios, estão comprando fazendas, porque eles vão evidentemente, no futuro, ganhar muito dinheiro com isto, com o seqüestro de carbono. E ainda estão escriturando, como o Deputado Zucchi esteve na reunião um dia e disse: “como é que o senhor pode escriturar esta terra, dizendo que é usucapião, se é uma terra que nunca foi habitada, nunca foi plantada, não há acesso do homem?” Eles estão comprando, por quê? Por causa do Tratado de Quioto!

Então, especificamente a SPVS está com o dinheiro americano, alemão e outras e outras e outras, comprando! E nossos nativos de Guaraqueçaba, do litoral, Antonina, estão vindo morar sabe aonde? Nas favelas! E tomando água do Aquífero poluído e sempre dependendo do assistencialismo do Governo; deveria estar exatamente onde eles têm toda uma história de vida e poderiam estar vivendo muito bem.

Então, nós podemos, sim, necessitando de uma reação de brasileiro, necessitando de uma reação patriótica: defendendo nossa natureza! Que é o bem maior que podemos ter! A água, o verde! É nossa vida! É nossa força! É nosso capital maior, para enfrentarmos o primeiro mundo. E o capital que vem explorando, sempre, aqueles - como disse o Deputado Scarpellini - os mais pobres!

Nós estamos assim: estão vindo com dinheiro da General Motors. Estão vindo com dinheiro da ONU, do Banco não sei daonde, mas estão comprando nossas áreas, estão explorando, e nós estamos aceitando.

Vamos reagir!

O SR. ERNANI DA ROCHA FILHO

O projeto Guarani, em termos de quatro países, que foi tratado pelo Parlamento do MERCOSUL, foi doado quatorze milhões de dólares pelo Banco Mundial, para ser feito um estudo, iniciar um estudo. Pelo Banco Mundial, o BIRD. E o Banco Mundial fez isto: contratou a Organização dos Estados Americanos - diga-se americanos do norte, porque a OEA não nos ajuda em nada. A OEA trabalha como uma fundação do Banco Mundial. E o Banco Mundial fez a licitação com a primeira condição de que as empresas executoras da investigação fossem internacionais. E quem ganhou a licitação da investigação foi a empresa chamada TAHAL, de Israel. Isto está no site da OEA.

Outro detalhe importante: a água captada em canos em todo o Norte de Curitiba, que é colocada em tubulação é a mesma água que é engarrafada em todas as engarrafadoras que temos. A engarrafadora pede licença para DNPN. A que coloca água na tubulação, pede licença para SUDERHSA.

Muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Quero só fazer um registro da oportunidade da intervenção dos três professores felicitando a Mesa Diretora da Assembléia por este momento, no interesse do Paraná. Interesse histórico da gente paranaense.

Acho muito importante, mesmo, que os paranaenses passem a ter visão estratégica das grandes causas do Paraná.

Os três professores que aqui vieram são merecedores do reconhecimento da Assembléia pelo seu trabalho, como o são a maioria dos grandes cientistas que às vezes não são reconhecidos. Aliás o Paraná perdeu na semana passada o cientista o Dr. César Lattes, que ganhou menção em todos os grandes noticiários do País. Cientista que esteve quase para receber o prêmio Nobel de Física, no tempo do Presidente Getúlio Vargas. E nós paranaenses não lhe demos o devido valor e nem o devido tributo. Eu, quando Prefeito lhe dei a titularidade de um Farol do Saber.

Mas nós, paranaenses, precisamos dar valor aos que aqui exercem o ousado ofício de pensar o futuro, sem esse vício tão provinciano de ter inveja de quem pensa.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ ROBERTO BORGHETTI

Gostaria de agradecer e ficou muito claro a riqueza dos debates que aqui foram produzidos.

O Deputado José Domingos Scarpellini foi muito feliz em indagar uma série de coisas e nós, em algumas delas, não temos as respostas.

Estamos nos prontificando em estar voluntariamente colaborando com esta Casa, com objetivo de esclarecer uma série de fatos, mas poder contribuir para que o Paraná continue sendo um Estado de bandeira levantada. Um Estado que tem grandes pensadores, grandes pesquisadores e que o Estado só reconhece depois do ato consumado.

Acredito que foi extremamente válido para nós, uma oportunidade ímpar oferecida pela Casa. E ao levantar essas importantes questões, muitas delas sem respostas, obriga esta Casa a tomar uma decisão, sob o ponto de vista de uma aliança estratégica, entre a questão política e a questão científica.

Que possamos daqui, sim, fazer um grande debate para as coisas mais sérias que aqui foram levantadas e que precisam de respostas para a sociedade do Paraná, mas principalmente a sociedade brasileira!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Gostaria de agradecer a presença da professora Nádia Rosa Rita Boscardin, do professor Ernani Francisco da Rosa Filho e do Biólogo José Roberto Borghetti pela oportunidade que deram aos Srs. Parlamentares de discutirem, das opiniões, e aproveitarmos para cumprimentá-los pelo lançamento desse grandioso trabalho sobre o Aquífero Guarani.

Muito obrigado!

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença das nossas irmãs religiosas Cida e Janete. Quero dizer o quanto é importante para nós ter a visita de irmãs religiosas, que muito cuidam do povo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos registrar a presença também do Prefeito de Boa Vista da Aparecida, o Sr. Viganor.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Apenas para comunicar aos componentes da CPI do Porto de Paranaguá que, logo após a Sessão, nós teremos apresentação do relatório final pelo Deputado Alexandre Curi.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença na tarde de hoje, acompanhando a Vereadora Marilda Fagion, de São Miguel, do Vereador Agenor, nesta jornada em Curitiba, em busca de recursos para aquele Município.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os nossos cumprimentos aos nossos ilustres visitantes.

Horário das Lideranças.

Com a palavra a Sra. Deputada Arlete Caramês.

Liderança do PPS: Deputada Arlete Caramês (PPS)

A SRA. ARLETE CARAMÊS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Subo nesta tribuna hoje para me pronunciar sobre um lamentável fato que gostaria jamais tivesse ocorrido.

Conforme amplamente noticiado em todos os meios de comunicação, em âmbito estadual e nacional, infelizmente fomos vítimas de mais um roubo de criança

em nosso Estado, desta vez tirada de sua mãe nas dependências do Hospital Evangélico aqui em Curitiba.

Há muito que alertamos e procuramos esclarecer a sociedade para esse modelo de crime covarde e hediondo, que deixa seqüelas irreparáveis nas vítimas e em seus familiares.

É difícil acreditar que, em que pese todos os esforços envidados pelo Estado e pela sociedade civil organizada no sentido de se alertar e se coibir o roubo de nossas crianças, continuem ocorrendo casos dessa ordem no Estado do Paraná e no Brasil.

Gostaria de lembrá-lo, Deputado Scarpellini, que se falha houve no rapto dessa criança, não foi pelo lado da Secretaria de Segurança, nem pelo SICRID, que é o órgão responsável pela investigação de crianças desaparecidas. Essa criança foi raptada de dentro do Hospital Evangélico!

Prezados Parlamentares:

Não gostaria jamais de ter que subir nesta tribuna para falar em uma situação como esta, porém carrego a bandeira da luta contra o desaparecimento de crianças há mais de uma década, tempo em que venho trabalhando incansavelmente para informar a sociedade sobre o problema e buscar soluções para que se possa evitar situações lamentáveis como esta, por isso me vejo na obrigação de me pronunciar a respeito.

Do fundo do meu coração, gostaria de dizer aos pais e familiares da menina Gabriele, para terem fé. Acreditamos que todas as ações pertinentes e importantes estão sendo tomadas e não tenham dúvidas que se fará tudo o que for possível para que vocês possam ter sua filha de volta.

É de suma importância, para conseguirmos trazer a menina de volta a seus pais, a mobilização de toda a sociedade no sentido de auxiliar as autoridades competentes a encontrar a criminosa. Neste sentido, é imprescindível o papel da imprensa escrita, falada e televisionada na divulgação das informações e pistas sobre a criança e a criminosa, bem como a ajuda de todo e qualquer cidadão através de denúncias sobre o caso, desta forma, acredito que teremos uma rápida solução.

Espero também, que a ocorrência desse fato lamentável possa servir de alerta para toda a sociedade sobre a necessidade de continuarmos criando ainda mais mecanismos para que casos como esse possam ser evitados no futuro.

Muito obrigada.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Eu tenho aqui o relatório das operações do Governo da Fazenda no Estado, um relatório importante, inclusive para esta Casa, mas em função de este espaço ter sido ocupado pelos técnicos que foram muito importantes para nós, eu vou deixar isso para o dia de amanhã.

Quero apenas comunicar a Casa que interina, provisoriamente, a pedido do Governador, estou ocupando o cargo de Líder do Governo na Assembléia. Já comuniquei à Mesa e, posteriormente, vamos ter uma conversa com os demais Deputados para que, da melhor forma possível, possamos conduzir os trabalhos nesta Casa.

Quero apenas comunicar e, amanhã faremos um comentário nesse sentido, inclusive esse do relatório da Secretaria de Segurança do Estado.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ FERNANDES LITRO (PSDB)

Sr. Presidente.

Quero registrar a presença do Presidente do Sindicato Patronal de Dois Vizinhos, Sr. Hélio Capelesso.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado.

Muito obrigado pela presença.

Ainda no Horário das Lideranças, consulto às Liderança do PDT, PFL, PT, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

(Todas declinam)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação Legislativa nº 004/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, sugerindo a instalação de um Posto de Corpo de Bombeiros no Município de Bela Vista do Paraíso. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 003/2005, subscrito pelo Deputado Waldir Leite, constante do expediente, solicitando informações da situação dos requerimentos aprovados em Sessão Plenária, que até a presente data não obtivemos resposta. **Não recebido.**

Ofício nº 004/2005, subscrito pelo Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, comunicando que a partir desta data assume o cargo de Líder do Governo do Estado do Paraná nesta Casa de Leis. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Natálio Stica, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da rede pública estadual de ensino e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDA DE PLÊNARIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre o destino de brinquedos, material escolar ou peças de vestuário infantil apreendidos pela Polícia Civil do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 313/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza a COPEL, a efetuar o recebimento de contribuições espontâneas, destinadas aos Conselhos Comunitários de Segurança. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 071/2004, em 17/08/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 313/2004

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 313/2004, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Luiz Accorsi, tem por escopo autorizar a COPEL, a efetuar o recebimento de contribuições espontâneas, de quaisquer quantias, destinadas aos Conselhos Comunitários de Segurança.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto no artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que o referido projeto busca beneficiar as entidades legalmente constituídas diretamente ligadas à Segurança Pública, visando dar agilidade no que tange às doações.

Trata-se de iniciativa acolhida pela Constituição Estadual, uma vez que não é matéria reservada à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da Constituição Estadual).

Nestes termos, não havendo óbices de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, encontra-se o presente projeto de lei em condições de seguir a sua normal tramitação.

Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 313/2004, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09.11.2004.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 313/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 313/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL - a efetuar o recebimento de contribuições espontâneas, de quaisquer quantias, destinadas aos Conselhos Comunitários de Segurança.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Só os Conselhos de Segurança devidamente registrados junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública podem ter acesso ao benefício de que trata o projeto mencionado.

Isto posto, quanto ao mérito, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 313/2004.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.
(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Negro, com sede e foro em Rio Negro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2004, de 06/10/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 362/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Delegado Bradock, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Negro, com sede e foro no Município de Rio Negro.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.2005.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 1º da Lei nº 13.183, de 25 de junho de 2001, que declarou de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente dos Bairros da Amizade. (Município de Londrina). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 094/2004, de 03/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 389/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão, altera o artigo 1º da Lei nº 13.183, de 25 de junho de 2001, que declarou de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente dos Bairros da Amizade, com sede e foro no Município de Londrina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Regente Feijó, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 099/2004, de 09/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 401/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Jocelito Canto, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Regente Feijó, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 358, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

**O SR. LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO (PSDB)
(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, quero dizer à Chefe do Núcleo da Secretaria da Criança de Francisco Beltrão, pelo bom

trabalho que ela vem fazendo. Esse é um Clube de Mães da Comunidade de Fazenda Masurana. Fomos lá, conversamos, e os Vereadores fizeram um projeto de Utilidade Pública, que foi aprovado na Câmara de Vereadores, encaminhado à Assembléia Legislativa e nós aprovamos.

No Governo anterior, na Secretaria da PROVO-PAR fizemos um projeto de recursos, encaminhado e deliberado com um pequeno recurso, para sete máquinas de costura. Eles não deram estrutura de um curso para usar as máquinas no interior do nosso Município, uma comunidade muito humilde e pobre. Enquanto isso a chefe do Núcleo, que está hoje na Secretaria da Criança, pressionou dizendo que se as máquinas não fossem usadas, teria que entregá-las para o Governo do Estado, para a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos.

Foi prestado contas ao Tribunal de Contas, que é um recurso daquela pequena comunidade. A Chefe do núcleo me pressionou por telefone dizendo que teria que entregar os recursos e não tinha argumentos. O Prefeito, fazendo um documento legal e eles sem saber assinaram e entregaram! A Presidente do clube entregou as máquinas ao Município de Dois Vizinhos. Não podemos tirar os recursos das pequenas comunidades, porque temos que incentivar a nossa agricultura.

Então, nós fazemos o nosso protesto e pedimos que seja devolvido para o Clube de Mães da Comunidade de Fazenda Masurana.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O requerimento havia sido aprovado.

Apenas registra-se o posicionamento do Deputado Litro.

Requerimentos nºs 347 e 348, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 349, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 350 e 373, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 351, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 357, de autoria do Deputado Alexandre Curi, com apoio do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 359, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 361, de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 362, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 363 e 364, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 368, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 374 e 378, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 375 a 377, 379 a 383, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 385, de autoria dos Deputados Pedro Ivo Ilkiv e Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento do Deputado Waldir Leite: “solicita informações da situação dos requerimentos aprovados em Sessão Plenária que até a presente data não obtivemos resposta, conforme abaixo”.

A Mesa deixa de acolher tal requerimento, porque é de obrigação constitucional a resposta aos requerimentos aprovados em Plenário pelos Srs. Deputados, aqui colocados por qualquer Parlamentar. Então, não há necessidade de aprovar um outro requerimento pedindo que sejam respondidos os requerimentos já aprovados.

Solicito que a Mesa Executiva possa fazer o comunicado às Secretarias para que possam fazer a resposta em tempo hábil.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente.

Aproveito o ensejo e pergunto à Presidência se esse prazo constitucional de trinta dias conta a partir da aprovação do Plenário ou trinta dias após o recebimento pelo respectivo Secretário? E qual a sanção prevista?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O prazo é De trinta dias a partir do protocolo em que o expediente chega a determinada Secretaria e não no dia da aprovação. Esse é o primeiro ponto e o segundo V. Exa. pergunta qual é a sanção. A sanção está prevista na Constituição e caso não responda, pode inclusive a referida autoridade responder judicialmente por aquilo que não respondeu.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Muito obrigado!

Ordem do Dia da próxima Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/2003; 313, 362, 389 e 401/2004.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2005; e do Projeto de Resolução nº 001/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissões

Comissão de Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, às 14h00, sob a Presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Vanderlei Iensen, Marcos Isfer, André Vargas e Ademar Traiano. O Sr. Presidente solicita ao Secretário da Comissão que proceda à leitura da ata da reunião anterior. O Sr. Deputado Marcos Isfer, pede a dispensa da leitura. O Sr. Presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 666/2003, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDA. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e três, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, às 14h00, sob a Presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença

dos seguintes Srs. Deputados: Vanderlei Iensen, Marcos Isfer, Dobrandino da Silva, Cida Borghetti e André Vargas. O Sr. Presidente solicita ao Secretário da Comissão que proceda à leitura da ata da reunião anterior. O Sr. Deputado Vanderlei Iensen, pede a dispensa da leitura. O Sr. Presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 720/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/2003. Relator Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, Secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, às 14h00, sob a Presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ademar Traiano André Vargas e Dobrandino da Silva. O Sr. Presidente solicita ao Secretário da Comissão que proceda à leitura da ata da reunião anterior. O Sr. Deputado Marcos Isfer, pede a dispensa da leitura. O Sr. Presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 03/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 04/2004. Relator Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, às 14h00, sob a Presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Cida Borghetti, Marcos Isfer, Dobrandino da Silva e Vanderlei Iensen. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 587/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Relator Deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e apro-

vada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

Comissão de Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de outubro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Renato Gaúcho apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 293/2004, 304/2004, 316/2004, 317/2004 e 318/2004, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 672/2003, 712/2003, 184/2004 e 325/2004 e o Deputado Renato Gaúcho apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 197/2004, 265/2004 e 286/2004, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Redação,

sob a Presidência do Sr. Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Presidente avocou e relatou o Projetos de Lei nº 013/2004 e a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 190/2004, 183/2004 e 182/2004, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 319/2004, 203/2004, 205/2004, 229/2004 e 382/2004 e o Deputado Marcos Isfer apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 275/2004, 344/2004, 366/2004, 376/2004 e 353/2004, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 484/2003, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será

assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
32ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 405/2004, 367/2004, 251/2004 e 729/2003, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
33ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos primeiro dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 221/2004 e 385/2004 e o Deputado Alexandre Curi apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 733/2003, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em

seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 335/2004, 589/2000 e 299/2003, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
35ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 437/2004. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
36ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 239/2003, 246/2003, 315/2004, 373/2004 e a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 371/2004, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
37ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Redação, sob a

Presidência do Sr. Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 587/2003, 227/2003, 441/2004, 279/2004, 641/2003, 324/2004, 437/2004, 458/2004 e 067/2004 e o Deputado Marcos Isfer apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 440/2004 e 443/2004, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
38ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 336/2004, 676/2003, 419/2004, 442/2004 e 179/2004. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 677/2003, 216/2004, 359/2004, 438/2004, 461/2004, 301/2004 e 448/2004. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Atas de Instalação das Comissões

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Elza Correia e Reni Pereira para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleita, a Deputada Elza Correia agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENER, CESAR SELEME, NELSON JUSTUS, ELIO RUSCH, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, ELZA CORREIA, BARBOSA NETO, RENI PEREIRA, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI
PEDRO IVO ILKIV - 1º Vice-Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

COMISSÃO DE DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes das Deputadas Cida Borghetti e Elza Correia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleita, a Deputada Cida Borghetti agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, CIDA BORGHETTI, CARLOS SIMÕES, LUIZ ACCORSI,

ELZA CORREIA, RENATO GAÚCHO, NELSON JUSTUS

PEDRO IVO ILKIV - 1º Vice-Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DEFESA DO CONSUMIDOR

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados José Domingos Scarpellini e Rafael Greca para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado José Domingos Scarpellini agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) PADRE PAULO CAMPOS, CESAR SELEME, NELSON JUSTUS, FRANCISCO BÜHRER, RAFAEL GRECA, BARBOSA NETO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI
PEDRO IVO ILKIV - 1º Vice-Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Luiz Accorsi e Reni Pereira para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Luiz Accorsi agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) PADRE PAULO CAMPOS, CIDA BORGHETTI, ELIO RUSCH, LUIZ ACCORSI,

DOBRANDINO DA SILVA, NEIVO BER-
ALDIN, RENI PEREIRA
PEDRO IVO ILKIV - 1º Vice-Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E ASSUNTOS MUNICIPAIS

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Neivo Beraldin e Artagão Júnior para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Neivo Beraldin agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELTON CARLOS WELTER, DUÍLIO
GENARI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES,
FRANCISCO BÜHRER, ARTAGÃO JÚNIOR,
NEIVO BERARDIN, RENI PEREIRA
PEDRO IVO ILKIV - 1º Vice-Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Cesar Seleme e Alexandre Curi para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Cesar Seleme agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME, HERMES FONSECA,
DURVAL AMARAL, LUIZ ACCORSI, ALE-

XANDRE CURI, NEIVO BERARDIN, JOSÉ
DOMNGOS SCARPELLINI
PEDRO IVO ILKIV - 1º Vice-Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados delegado Bradock e Barbosa Neto para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Delegado Bradock agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELTON CARLOS WELTER, CESAR
SELEME, ELIO RUSCH, AILTON ARAÚJO,
DELEGADO BRADOCK, BARBOSA NETO,
LUIZ NISHIMORI
PEDRO IVO ILKIV - 1º Vice-Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

COMISSÃO DE FINANÇAS

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Elio Rusch e José Maria Ferreira para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Elio Rusch agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI, CESAR SELEME,
CARLOS SIMÕES, NELSON GARCIA,

JOSÉ MARIA FERREIRA, NEIVO BERALDIN,
ELIO RUSCH
PEDRO IVO ILKIV - 1º Vice-Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Luciana Rafagnin e Luiz Nishimori para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleita, a Deputada Luciana Rafagnin agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, LUIZ NISHIMORI,
NEIVO BERALDIN, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES,
WALDIR LEITE, ARTAGÃO JÚNIOR,
CESAR SELEME
PEDRO IVO ILKIV - 1º Vice-Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Duílio Genari e Antonio Anibelli para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Duílio Genari agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ÂNGELO VANHONI, DUÍLIO GENARI,
MARCOS ISFER, ADEMAR TRAIANO, ANTO-

NIO ANIBELLI, BARBOSA NETO, PLAUTO
MIRÓ GUIMARÃES
PEDRO IVO ILKIV - 1º Vice-Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Francisco Bühner e Plauto Miró Guimarães para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Francisco Bühner agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER, PLAUTO MIRÓ
GUIMARÃES, CIDA BORGHETTI, JOSÉ
DOMINGOS SCARPELLINI, CLEITON
KIELSE, RENATO GAÚCHO, ÂNGELO
VANHONI
PEDRO IVO ILKIV - 1º Vice-Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Ademir Bier e Ademar Traiano para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Na sequência o Deputado Marcos Isfer foi escolhido, de forma unânime, para ocupar o cargo de Relator da Comissão. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Ademir Bier agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presi-

dente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ANDRÉ VARGAS, DUÍLIO GENARI,
MARCOS ISFER, ADEMAR TRAIANO, ADE-
MIR BIER, BARBOSA NETO, DURVAL
AMARAL

PEDRO IVO ILKIV - 1º Vice-Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Vice-Presi-

dente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a eleição do Deputado Nelson Garcia para Presidente do Conselho. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Nelson Garcia agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Nildo José Lubke, Coordenador Técnico do Conselho, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON GARCIA, ANTONIO ANIBELLI,
ELIO RUSCH, PADRE PAULO CAMPOS,
NEIVO BERALDIN

PEDRO IVO ILKIV - 1º Vice-Presidente

Nildo José Lubke - Coord. Técnico do Conselho